

UFRRJ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

ANTICOMUNISMO: O CÓDIGO GEOPOLÍTICO DO GOVERNO
BOLSONARO (2019 – 2022)

LEONARDO VIEIRA DOS SANTOS

2024



UFRRJ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANTICOMUNISMO: O CÓDIGO GEOPOLÍTICO DO GOVERNO
BOLSONARO (2019 – 2022)

LEONARDO VIEIRA DOS SANTOS

Sob Orientação do Professor

Guilherme da Silva Ribeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237a Santos, Leonardo Vieira dos, 1983-
Anticomunismo: o código geopolítico do governo
Bolsonaro (2019-2022) / Leonardo Vieira dos Santos.
Rio de Janeiro, 2024.
97 f.: il.

Orientador: Guilherme da Silva Ribeiro.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Geografia, 2024.

1. Geografia. 2. Geopolítica. 3. Código Geopolítico.
4. Governo Bolsonaro. 5. Anticomunismo. I. Ribeiro,
Guilherme da Silva, 1980-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Geografia III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 52/2024 - IGEO (11.39.00.34)

Nº do Protocolo: 23083.030051/2024-74

Seropédica-RJ, 27 de junho de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LEONARDO VIEIRA DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/06/2024.

Guilherme da Silva Ribeiro. Doutor com Pós-Doutorado. UFRRJ.

(Orientador e presidente da banca)

Leandro Dias de Oliveira. Doutor com Pós-Doutorado. UFRRJ

(membro da banca)

André Santos da Rocha. Doutor com Pós-Doutorado. UFRRJ

(membro da banca)

Pablo Ibañez. Doutor. UFRRJ

(membro da banca)

Pablo de Oliveira Mattos. Doutor com Pós-Doutorado. UERJ-FFP.

(membro da banca)

(Assinado digitalmente em 30/06/2024 17:22)
ANDRE SANTOS DA ROCHA
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO
PPGGEO (12.28.01.00.00.00.35)
Matrícula: ###32689

(Assinado digitalmente em 27/06/2024 13:01)
GUILHERME DA SILVA RIBEIRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOA (11.39.39)
Matrícula: ###72390

(Assinado digitalmente em 02/07/2024 14:38)
LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A)
PROPPG (12.28.01.18)
Matrícula: ###86348

(Assinado digitalmente em 27/06/2024 11:48)
PABLO IBANEZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CoordCGGEOGRF (12.28.01.00.00.00.28)
Matrícula: ###26844

(Assinado digitalmente em 27/06/2024 13:39)
PABLO DE OLIVEIRA DE MATTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.287-##

Visualize o documento original em <https://sinac.ufrr.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 52, ano: 2024, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: 27/06/2024 e o código de verificação: **967e0f74d3**

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação à minha ancestralidade, aos
que vieram antes de mim, a quem devo minha
condição de continuidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Olorun e a todos os Orixás a quem sempre recorri em busca de força e determinação para ultrapassar os desafios da vida. Ao meu Ori, que mesmo nos momentos de dificuldade me permitiu perseverar e também realizar esse trabalho, que também é um sonho cuja importância é pessoal, familiar e coletiva. A minha mãe, Sonia Costa Vieira dos Santos, e ao meu pai, Antonio Higino dos Santos, quem me deu a vida, meus espelhos, por todo amor, apoio e incentivo para o caminho dos estudos que me dedicaram ao longo de toda minha vida. Sem vocês eu não teria chegado aqui. A Iyá N'la Beata de Yemoja, por me ensinar a ser um peixe de seu cardume que tanto me inspira e me acolhe. Ao meu Babalorixá Adailton Moreira Costa pelas sábias conversas afetuosas e pelo exemplo encorajador em tantas dimensões da vida. À minha esposa Luane Bento dos Santos, pela escuta paciente e pelo incentivo persistente, aquela que literalmente pegou na minha mão para me estimular e me ajudar a enxergar os caminhos e as possibilidades. À minha filha Camilly Bento dos Santos que sempre me ajudou com momentos de ternura e bagunças, que me impulsionavam e ajudaram a aliviar a pressão de escrever uma dissertação de mestrado depois de dias cansativos de trabalho. À minha irmã pelo “carinho” fraterno que me impeliu a não desistir deste projeto. Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pela oportunidade e pelo apoio para realizar este curso de mestrado. Ao meu orientador Guilherme da Silva Ribeiro pela relação de companheirismo que firmou comigo desde o início do mestrado, e que na orientação desta dissertação se mostrou um grande profissional e parceiro, fator fundamental para que eu concluísse a pesquisa. Aos meus irmãos e irmãs do Ilé Omiojúàró Carlos Humberto, Daniele Duarte, Gustavo Melo, Otair Fernandes, Pablo Mattos e Thula Pires que me encorajaram a insistir no processo de escrita desta dissertação. Aos colegas da turma de mestrado Artur Barbosa e Gabriella Rodrigues pelo apoio mútuo e camaradagem nessa trajetória. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

SANTOS, Leonardo Vieira dos. **Anticomunismo: O Código Geopolítico do Governo Bolsonaro (2019 – 2022)**. 2023. 48 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

Em 2018, a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República Federativa do Brasil marcou a ascensão da direita populista no país. O resultado da disputa eleitoral teve como consequência o ressurgimento do anticomunismo no centro do debate político. Com implicações na política nacional e na política externa, o anticomunismo, aliado ao bolsonarismo, foi a tônica do governo Bolsonaro (2018 – 2022). Neste sentido, nossa pesquisa tem o objetivo de investigar de que forma o anticomunismo foi operacionalizado como um código geopolítico pelo Bolsonarismo. Num primeiro momento, abordamos os percursos teóricos da geopolítica com o propósito de inserir nossa pesquisa neste campo, em seguida apresentamos a fundamentação teórica do conceito de código geopolítico. O resgate da origem do anticomunismo na história, o modo como a direita nos países capitalistas ocidentais e no Brasil empreenderam suas campanhas anticomunistas durante a Guerra Fria, bem como as matrizes ideológicas do anticomunismo no Brasil são apresentadas com o propósito de demonstrar seu panorama geral. Além disso, elencamos as etapas que nossa pesquisa ainda realizará, para podermos compreender a atuação política anticomunista na política externa e interna, particularmente na relação entre Brasil e China durante o governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Geopolítica, Anticomunismo, Bolsonarismo.

ABSTRACT

SANTOS, Leonardo Vieira dos. **Anticommunism: The Geopolitical Code of the Bolsonaro Government (2019 – 2022)**. 2023. 48 p. Dissertation (Master's in Geography). Institute of Geosciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

In 2018, the election of Jair Messias Bolsonaro to the Presidency of the Federative Republic of Brazil marked the rise of the populist right in the country. The result of the electoral dispute resulted in the resurgence of anti-communism at the center of the political debate. With implications for national politics and foreign policy, anti-communism, combined with Bolsonarism, was the keynote of the Bolsonaro government (2018 – 2022). In this sense, our research aims to investigate how anticommunism was operationalized as a geopolitical code by Bolsonarism. Firstly, we address the theoretical paths of geopolitics with the purpose of inserting our research in this field, then we present the theoretical foundation of the concept of geopolitical code. The recovery of the origin of anticommunism in history, the way in which the right in Western capitalist countries and in Brazil waged their anticommunist campaigns during the Cold War, as well as the ideological matrices of anticommunism in Brazil are presented with the purpose of demonstrating its general panorama. Furthermore, we list the steps that our research will still take, so that we can understand anti-communist political action in foreign and domestic policy, particularly in the relationship between Brazil and China during the Bolsonaro government.

Keywords: Geopolitics, Anticommunism, Bolsonarism.

LISTA DE ABREVIACÕES

AIB – Aliança Integralista Brasileira

BBC – British Broadcasting Corporation

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF – Constituição Federal

CONAD – Conselho Nacional para Políticas sobre Drogas

EUA – Estados Unidos da América

FFAA – Forças Armadas

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NSFC - Fundação Nacional de Ciências Naturais da China

ONG – Organização Não Governamental

OPEC – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto Interno Bruto

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RDT&E – Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução	1
1 GEOPOLÍTICA E CÓDIGO GEOPOLÍTICO	3
1.1 Percursos Teóricos da Geopolítica	4
1.2 O Código Geopolítico	13
2 O ANTICOMUNISMO E SUAS MATRIZES IDEOLÓGICAS	25
2.1 Historiografia do Anticomunismo	25
2.2 Matrizes Ideológicas do Anticomunismo	36
3 ANTICOMUNISMO, BOLSONARISMO E GEOPOLÍTICA	46
3.1 Bolsonarismo e a Geopolítica da Direita Populista	47
3.2 Nossa Bandeira Jamais Será Vermelha!	53
3.3 A Culpa é da China!	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

INTRODUÇÃO

Apoiado no discurso de que o Brasil estaria imerso numa Guerra Cultural sob influência do comunismo (MACHADO, COLEVATI, 2021), o governo Bolsonaro, eleito em 2018, afluentes do movimento internacional de ascensão da direita populista (TEITELBAUM, 2020), representou um desafio reflexivo para as ciências humanas diante da ressurgência das pautas do anticomunismo, isolacionismo, defesa do legado da ditadura, etc. e também o surgimento de novas pautas como o negacionismo e o anti-globalismo.

Neste cenário, o anticomunismo foi reinventado na política externa brasileira (MOREIRA, 2019), que passou a ser executada sob forte influência ideológica e sem implicação com os interesses nacionais. Como nos mostra Moreira (2019), o anticomunismo é um fenômeno recorrente no pensamento político nacional, tendo influência, sobretudo, na política externa, como no caso da ascensão de grupos políticos de direita no Brasil que contestavam a política externa dos governos petistas, articulada a partir do Eixo Sul-Sul (MOREIRA, 2019).

O Bolsonarismo exacerbou o anticomunismo na política externa, questionando o multilateralismo, as organizações internacionais e os fluxos globais (MOREIRA, 2019). A profusão de discursos sino-conspiratórios no contexto da COVID-19 (QUINAN; ARAUJO; ALBUQUERQUE, 2020), que no plano diplomático tencionaram os laços Brasil-China estabelecidos desde os anos 1990, bem como a virada de chave na relação com a Venezuela, que passou a ser o inimigo regional do Brasil, evidenciam que o anticomunismo se tornou uma ideologia e também uma pauta de relevo na política externa brasileira a partir de 2019.

Consideramos que o tema é relevante por três razões: acadêmica, prática e pessoal. Nos termos de uma razão teórica ou acadêmica, compreendemos que uma abordagem do anticomunismo do governo Bolsonaro, inscrita no domínio da Geopolítica, descreve uma possibilidade de ampliação do campo de estudo que se insere a pesquisa.

Sob uma razão prática, entendemos que a pesquisa pode vir a se tornar um material de apoio para a compreensão da realidade brasileira, dada a emergência do problema no atual contexto brasileiro, não só pelo rearranjo da agenda geopolítica brasileira, mas também porque o bolsonarismo representa uma inflexão para o fazer científico, notadamente para as ciências humanas, o que demanda um engajamento para interpretar esse fenômeno.

Finalmente, entendemos que a pesquisa se justifica por uma razão pessoal porque entendemos que o conhecimento produzido no âmbito de um programa de pós-graduação em Geografia, necessariamente, deve servir a um propósito que se espraie para além da realização de projetos pessoais. Entendemos que estudar o governo Bolsonaro implica num comprometimento teórico e político da pesquisa.

Sendo assim, partimos do pressuposto que o anticomunismo é um código geopolítico, e sustentamos essa posição a partir da leitura das principais referências sobre o conceito (GADDIS, 2005; FLINT, 2012; FLINT & TAYLOR, 2018).

Por conseguinte, cremos ser relevante, enquanto um objetivo geral da nossa pesquisa responder como este código geopolítico foi operacionalizado na agenda geopolítica do governo Bolsonaro entre os anos 2019 e 2021. A respeito dos objetivos específicos da pesquisa que propomos aqui, julgamos válido apresentar a conceituação dos códigos geopolíticos na sua relação com o pensamento geopolítico, realizar um resgate histórico e conceitual do anticomunismo, e, por fim, investigarmos como o código geopolítico anticomunista é operacionalizado nos níveis local, regional e global.

E para atendermos a essas demandas, estruturaremos nossa dissertação em três capítulos. No primeiro, realizaremos um debate teórico sobre a geopolítica, que é campo em que essa pesquisa se insere, e sobre a código geopolítico, um dos conceitos centrais da nossa pesquisa.

No segundo capítulo nos debruçaremos sobre o anticomunismo, abordando tanto seu aspecto conceitual, quanto seu movimento enquanto manifestação do pensamento político, além de apresentarmos sua caracterização geral.

O terceiro e último capítulo será dedicado a exploração do nosso empírico, baseado em notícias de jornais eletrônicos e publicações de Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Ernesto Araújo e Abraham Weintraub cujo conteúdo identificamos relações diretas ou indiretas com o anticomunismo. Analisaremos a alteração da composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política sobre Drogas (Conad), assim como a execução da Operação Acolhida, deflagrada pelo Exército brasileiro para oferecer ajuda humanitária para os venezuelanos que imigraram para o Brasil em decorrência da crise política e econômica da Venezuela desde fevereiro de 2018, com o propósito de explorarmos as articulações das escalas nacional, regional e global, principalmente a partir da relação do Brasil de Bolsonaro com os Estados Unidos, Venezuela e China, de forma que possamos expor o modo como o bolsonarismo opera o anticomunismo como um código geopolítico.

CAPÍTULO 1

CÓDIGO GEOPOLÍTICO E ANTICOMUNISMO

Neste capítulo nos dedicaremos a apresentar um debate teórico sobre os dois principais conceitos que orientarão a reflexão proposta nesta dissertação, que é o código geopolítico e o anticomunismo. Julgamos importante estabelecer interlocuções a partir de obras de referência desses dois conceitos para que o “terreno” das discussões que serão realizadas nos próximos capítulos esteja sustentado a partir de um referencial teórico.

Uma vez que o objetivo geral da nossa pesquisa é compreender como o governo Bolsonaro (2019-2022) opera o anticomunismo a nível de código geopolítico, entendemos que a relação entre esses dois conceitos precisa estar fundamentada em um referencial teórico que dê coerência ao caminho que vamos percorrer para alcançar esse objetivo.

Dessa forma, estruturaremos este capítulo em três seções. Na primeira revisitaremos autoras e autores que refletem teoricamente sobre a trajetória do pensamento geopolítico com a intenção situar o nosso trabalho no campo da geopolítica, para isso, vamos aludir aos vínculos da geopolítica com a geografia política e abordar as perspectivas que orientam novos olhares sobre os pressupostos desta área do conhecimento e que contribuem com o propósito deste trabalho. Para tanto nos apoiaremos nos escritos de Bertha Becker (1988), Claude Raffestin (1993), Leslie W. Hepple (1986), Wanderley Messias da Costa (2013), Celio Horta (2006), Ivaldo Lima (2013), André Martin (2018), Gearóid Ó Tuathail (1999) e Yves Lacoste (1988).

A segunda seção será dedicada à apresentação da fundamentação do código geopolítico. Consideramos oportuno o aprofundamento no debate teórico do conceito porque, em primeiro lugar, este é um conceito-chave para compreender a dinâmica própria do anticomunismo. Em segundo lugar, esse conceito é utilizado por diversos autores dentro e fora do Brasil em análises sobre outros contextos geopolíticos. E por fim, cremos ser necessário apresentar como o conceito é estruturado para que o “geopolítico” não seja considerado uma adjetivação do substantivo “código”, ou seja tomado tão somente como um neologismo por ausência de profundidade no uso do conceito. Nos debruçaremos nos seguintes escritos de Colin Flint (2011), Colin Flint e Peter Taylor (2018), John Lewis Gaddis (2005), Jonathan dos Santos (2022), Igor Okunev (2013), Giovanbattista Barricchio (2018) e Rodrigo Pina de Sousa (2007).

Na terceira seção o anticomunismo será tema de uma revisão bibliográfica que realizaremos com o efeito de discutir seus aspectos principais. Neste momento não nos ocuparemos em relacionar o anticomunismo com o bolsonarismo, pois essa empreitada será realizada nos capítulos 2 e 3 desta dissertação. O que faremos é apresentar de modo sucinto os principais debatedores do tema apontando suas definições, o contexto histórico do nascimento do anticomunismo enquanto um movimento político e ideológico do período contemporâneo e a sua recorrência tanto no cenário internacional quanto no pensamento político e na política externa brasileira de Vargas à Ditadura Militar. Recorreremos aos trabalhos de Sidinei Munhoz (2016), Rodrigo Motta (2002), Carla Luciana Silva (2000), Danilo Sorato Moreira (2019) e Ralph Miliband e Marcel Liebman (1984).

1.1 Percursos Teóricos da Geopolítica

Por reconhecermos que a geopolítica é uma área do conhecimento imersa em debates importantes para o pensamento geográfico, cremos ser de bom tom situar teoricamente o nosso trabalho nestes debates. Com isso queremos abordar dois elementos, a primeira é que este é um estudo de geopolítica, e em segundo lugar, que pretendemos expor em qual escola do pensamento geopolítico este estudo se insere.

O geógrafo André Roberto Martin (2018, p. 31-33), ao afirmar, numa constatação irônica, que a geografia política e a geoestratégia são os outros nomes que se dá à geopolítica, menciona o modo como a geopolítica é apropriada ideologicamente como um discurso nos noticiários televisivos. A partir disso ele introduz a discussão sobre os limites entre Geopolítica e Geografia Política, se referindo à obra de Wanderley Messias da Costa “Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder”.

Na introdução deste livro, ao falar sobre as dificuldades de resgatar e examinar criticamente o pensamento gerado nos estudos de geografia política e geopolítica, o autor afirma que as contradições da geografia política acentuam o problema da distinção entre as duas áreas do conhecimento (COSTA, 2013, p. 18). As contradições a que ele se refere são o condicionamento do ritmo da produção em geografia política e geopolítica à política dos Estados e que os estudos dos autores seriam marcados pelo seu contexto político e social (IBIDEM, 2013, p. 15-16). Costa (2013, p. 18) afirma que “Talvez, o melhor caminho a seguir, caso se pretenda estabelecer distinções entre ambas, seja o de tentar utilizar o critério do nível de engajamento do estudo aos objetivos estratégicos nacionais-

estatais”, embora reconheça que mesmo assim haveriam dúvidas, tendo em vista que “o próprio Hartshorne, durante a Segunda Guerra Mundial, também engajou-se nos esforços de seu país para fazer frente à ameaça nazista, por meio de artigos em coletâneas estimuladas pelas Forças Armadas norte-americanas” (IBIDEM, 2013). De acordo com Costa (2013, p. 19) os estudos explicitamente geopolíticos produzem formulações diretamente envolvidas com as estratégias do poder estatal e são produzidos, geralmente, fora da academia e se identificam com as atividades dos Estados-Maiores das Forças Armadas e em que pese a questão do engajamento, as indistincões são predominantes, sobretudo porque as bases teóricas da geografia política e da geopolíticas são comuns.

Apesar de apontar para a diferença entre a geografia política e a geopolítica a partir das bases teóricas em comum, Costa (2013, p.55) declara que:

Descartadas as confusões e dissimulações em torno do rótulo, pode-se afirmar com relativa segurança que a geopolítica, tal como foi exposta pelos principais teóricos, é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em que se apropria de parte de seus postulados gerais para aplica-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço.

Para André Martin (2018, p.34) essa proposição reflete as divergências da escola francesa e alemã, particularmente acirradas com a publicação, em 1902, da segunda edição da “Geografia Política” de Ratzel que tinha com subtítulo: “Uma geografia dos Estados, do comércio e da guerra”. A respeito disso, Claude Raffestin (1993, p.13) assegura que:

Podemos considerar, a segunda edição da obra-mestra que não somente orientou e influenciou a escola alemã, mas também, de diferentes maneiras, todas as outras de geografia. Não queremos dizer que os autores que seguiram Ratzel sejam seus epígonos, mas simplesmente que a obra ratzeliana, lançando as bases da geografia política, traçou um quadro no qual ainda se pode trabalhar mesmo quando a ela nos opomos como foi o caso da escola francesa.

Foi a partir desse ponto que as comunidades geográficas assumiram posicionamentos nitidamente opostos, já que a menção da guerra na obra do geógrafo alemão aturdiu os franceses com a poeira da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e que décadas após levantariam novamente com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que de acordo com André Martin (2018, p.35) foi reforçado um bloqueio psicológico francês em relação à Geopolítica. Da parte alemã, ainda de acordo com Martin (2018, p.35) houve uma

radicalização na transformação da geografia numa “ciência política, uma espécie de bússola que servisse de guia para orientar cientificamente a política exterior dos Estados[...]”, e a consequência dramática disso foi a confirmação prática do uso ideológico da Geografia pelo Partido Nacional-Socialista Alemão durante a Segunda Guerra Mundial, incorrendo aí no reducionismo teórico da escola alemã na consideração das fronteiras jurídicas interestatais como uma abstração pelo general Haushofer, seu maior expoente. (IBIDEM, 2018, p.35).

Obstante a isso, Martin (2018, p. 36) assinala que a geopolítica, independentemente da geografia política, foi responsável pela “elaboração de teorias sobre o poder *do* espaço e *no* espaço que se revelaram extremamente úteis para condução das *relações internacionais* a partir de então, quer em tempos de paz, mas especialmente em tempos de guerra”, e a partir desse fato, a geopolítica tornou-se elemento constitutivo da diplomacia a partir da Segunda Guerra Mundial, embora pondere a tese ratzeliana do condicionamento do destino dos Estados ao *espaço* e *posição*, ao alegar que não foi encontrada uma confirmação cabal dessa tese, e que isto se deu por duas razões principais:

De um lado porque o *valor da posição* e mesmo de certos ingredientes do espaço (como recursos minerais por exemplo) variam historicamente, sobretudo em função das constantes mudanças tecnológicas, mas também em razão de rearranjos políticos que podem vir a surpreender. De outro, porque o Estado revelou-se muito menos íntegro do que se supunha, atravessado que é de clivagens sociais e constrangimentos econômicos e culturais de toda ordem (IBIDEM, 2018, p.36).

Celio Augusto Horta (2006, p.51), a respeito da frequente necessidade de diferenciar a geografia política da geopolítica, elabora interrogações sobre os critérios de relevância, dos pontos de vista epistemológicos e distinções históricas e ideológicas da delimitação dessas duas áreas do conhecimento, haja vista que muitos autores não parecem possuir essa preocupação demarcatória, aproximando conceitualmente ambas, assim como Costa (2013, p.55) sinalizou sobre a confusão conceitual e terminológica em torno da definição da geopolítica (e sua relação/diferenciação da geografia política). Inclusive, no artigo que nos referimos aqui, de autoria de Horta, intitulado “Geografia Política e Geopolítica: velhas e novas convergências”, o autor estabelece diálogos frequentes com o pensamento de Wanderley Messias da Costa, em “Geografia Política e Geopolítica” (2018), e da nossa parte, julgamos esse diálogo relevante para que possamos cumprir com o que nos propomos no início desta seção, que é situar nosso trabalho nos

debates teóricos da geopolítica no campo da geografia, uma vez que, como já foi exposto até aqui, podemos dizer com segurança que a geopolítica é um objeto de estudo com abordagens diversas.

Para Horta (2006, p. 52) a centralidade do problema da diferenciação está localizada no enfoque adotado para caracterizar historicamente as produções em geografia política e geopolítica. Os conhecimentos classificados como da geopolítica seriam limitados ao contexto dos acontecimentos hegemônicos do início do séc. XX até a II Guerra. Essa restrição aos acontecimentos hegemônicos do período histórico referido contribui para obscurecer as contradições imanentes de qualquer processo. Sobre esses posicionamentos, Horta (2006, p. 52-53) indica dois equívocos:

O primeiro refere-se a um resguardo estranho da geografia política, como se os trabalhos identificados como provenientes da mesma colocassem-se neutros, ou seja, como se fosse banal a geografia política ter sido silenciosa (e/ou silenciada) diante de vários problemas inerentes às guerras mundiais, ao nazismo, etc. O segundo engano envolve o olhar desses estudiosos sobre trabalhos de *geopolítica*, pois são vistos como se fossem exclusivos desse período.

O autor chama esse equívoco de congelamento conceitual da *Geopolítica*, e cita os exemplos de geógrafos brasileiros como Manuel Correia de Andrade (1989)¹ que, nas suas palavras, libertam a geografia desse estigma, ao reconhecer a importância do período clássico da Geopolítica e, sobretudo, a sua relevância negativa do ponto de vista ético, mas que para além disso, observar enfoques diferentes que foram produzidos no mesmo contexto, como o caso dos trabalhos de Elisée Reclus (IBIDEM, 2006, p. 54).

O geógrafo Edu Silvestre de Albuquerque (2010, p. 71-72), ao ponderar sobre os prejuízos ao avanço das reflexões geopolíticas, considera que “[...]a leitura reducionista da geopolítica ao nazismo foi produto da intelectualidade francesa, extremamente crítica quanto às ideias alemãs desde a derrota do ‘universalismo liberal bonapartista’”. Notamos que esse raciocínio é corroborado, em certa medida, no comentário de Wanderley Messias da Costa a proposição de Yves Lacoste sobre a geopolítica crítica:

Ele propõe agora uma ‘geopolítica crítica’, como que tentando seduzir os mais reticentes. Uma geopolítica que seria comprometida eticamente com a paz, a democracia e a justiça social. O princípio é inquestionavelmente perfeito para a geografia (e as ciências em geral). O problema é o rótulo escolhido, que

¹ ANDRADE, M. (1989). Geopolítica do Brasil. SP: Ática.

especialmente ali, na França, não poderia ser mais infeliz. (COSTA, 2013, p. 249)

Quando Wanderley Messias da Costa fala da ‘infelicidade’ do rótulo, certamente não se refere ao termo “crítica”, mas sim ao uso do termo geopolítica’ no contexto francês. E o problema repousa tanto na memória da ocupação nazista, quanto na rejeição dos geógrafos franceses à geopolítica naquela época, como explica professor numa interlocução com Yves Lacoste:

[...]os franceses sempre souberam distinguir, corretamente, o que consideravam *geografia política* [...] da *geopolítica*, que desde K. Haushofer (principalmente) passou a expressar, não apenas para os geógrafos, mas para toda a nação francesa, um significado carregado de tragédias. Por isso, pode-se imaginar que não era (e provavelmente não é) difícil para um cidadão francês relacionar, em seu imaginário, *Lebensraum*, *pangermanismo*, *domínio continental*, e outras palavras-chave do tipo, com as três ocupações, destruições e humilhações sofridas pelo país entre 1870 e 1944. (COSTA, 2013, p. 249)

Pensamos que para Costa, não se resume em não considerar apropriada uma aproximação da geografia política com a geopolítica, mas sim que a própria geopolítica seria um conhecimento proscrito. Aqui cabe levantar algumas questões para que o nosso raciocínio não corra o risco de basear-se em aspectos datados do pensamento de um intelectual. Primeiramente, a 1ª edição do livro “Geografia Política e Geopolítica” de Wanderley Messias da Costa, fruto da sua tese de doutorado defendida em 1991 na USP, foi publicada em 1992, de lá para cá já se passaram 31 anos, dessa forma devemos supor que alguns posicionamentos e considerações frente à geopolítica tenham mudado com a contribuição de outros autores na área. Em segundo lugar, numa breve consulta a sua produção na plataforma Lattes², notamos que entre dentre os 36 artigos publicados ao longo da sua carreira, sete deles são de geopolítica. Inclusive, num artigo publicado em 2017, intitulado “A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional”, o autor abre o seu texto afirmando que “A geopolítica é uma notável área do saber que floresceu da intersecção da geografia com a história, a ciência política, a estratégia e a segurança & defesa nacional” (IBIDEM, 2017), já aqui observamos uma postura oposta à que encontramos no seu livro, 2ª edição de 2013, onde considerava um

² Consulta realizada na Plataforma Lattes na data 04/01/2023.

artifício simplório situar a geopolítica como uma ciência de contato entre a geografia política a ciência política, a ciência jurídica, etc. (IBIDEM, 2013, p. 55), mais à frente o autor enumera uma série de circunstâncias que contribuíram para a renovação da geopolítica, como a redemocratização do Brasil que acompanharam mudanças de natureza institucional como a extinção dos ministérios militares, a efervescência provocada pelas ideias de Yves Lacoste, o que demarcou a influência francesa na renovação da geopolítica brasileira na década de 1980 creditada ao trabalho de Claude Raffestin e o surgimento de intelectuais que propunham estudos com um pensamento civil, não autoritário e relativamente autônomos em relação ao Estado, como Shiguenoli Miyamoto, Bertha Becker, Leonel Itaussu de Mello e o próprio Wanderley Messias da Costa (IBIDEM, 2017). Sendo assim, vemos que décadas após a publicação do seu livro, o professor Messias da Costa, seja pelo movimento do seu pensamento, seja pelo processo de renovação e resgate da geopolítica, de certa forma abandonou alguns pressupostos sobre esta área, dada a dinâmica própria da ciência. Por isso, concordamos com Célio Horta quando explana sobre a relação entre geopolítica e geografia política:

Do ponto de vista epistemológico, valorizar as várias semelhanças entre elas constitui um posicionamento mais adequado do que localizar as poucas diferenças; um certa (con) fusão que se realize entre *geografia política* e *geopolítica* torna-se, assim, normal e salutar. Compreender que historicamente desenvolveram-se, por parte de ambas, produções que corresponderam ora a um interesse de dominação, ora a uma práxis de libertação é mais relevante do que ficar procurando fronteiras segregacionistas que distanciam as mesmas. Portanto, é válido estabelecer as diferenças e as semelhanças, mas deve-se tomar os devidos cuidados metodológicos. (HORTA, 2006, p. 58)

A professora Bertha Becker em seu artigo “Geografia e o Resgate da Geopolítica”, publicado na edição especial da Revista Brasileira de Geografia, do IBGE, em 1988, explica que “E repensar a Geografia envolve necessariamente o desvendar da Geopolítica, sua avaliação crítica e o seu resgate, e o trazer desse conhecimento para debate na sociedade” (BECKER, 1988, p. 100). O geógrafo britânico Leslie Hepple (1986, p. 24-25), em seu artigo *The revival of geopolitics*, explica que as raízes do renascimento da reflexão geopolítica repousam nas mudanças da política internacional e no ambiente econômico, tais como o mundo bipolar, a política de contenção do socialismo, a descolonização, a ascensão do nacionalismo no terceiro mundo, a Revolução Cubana, a deterência nuclear, o rompimento das relações China-URSS, o crescimento das forças

militares e do poder naval soviético, o aumento dos preços da energia e a emergência da OPEC. Embora os contextos brasileiro e britânico do pensamento geopolítico, no campo da geografia, sejam distintos, concordamos que as mudanças descritas por Hepple estimularam decididamente o resgate ou o renascimento da geopolítica de um modo geral. Albuquerque (2010), na sua argumentação sobre a vitalidade da geopolítica na análise do jogo internacional e de como o realismo político está posto nas estratégias das grandes potências, se refere a eventos do início do século XXI que ratificam seu ponto de vista sobre as geopolíticas em movimento

Não obstante, as estratégias geopolíticas continuam mais vivas que nunca, formuladas principalmente a partir do centro hegemônico para justificar o contínuo aperfeiçoamento da fabulosa estrutura militar mundial edificada pelos Estados Unidos e suas ações bélicas de larga escala comandadas no Iraque e Afeganistão/Paquistão em pleno século XXI. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 73)

Ainda que nessas conjunturas sejam aludidos fatos ligados às políticas de poder dos Estados, Bertha Becker (1988, p. 101) sinaliza que “Claramente o Estado não é a única unidade de poder, embora seja uma delas. E certamente, o poder não é determinado pela configuração das terras e mares e pela geografia dos lugares e, sim, por motivações e decisões humanas e pelas relações sociais”. A geógrafa identifica que haveria um impasse no plano teórico da prática estratégica desenvolvida pela geopolítica, e esse impasse estaria inscrito na abordagem do Estado, pois sob uma perspectiva, o espaço seria determinante da ação humana e o Estado seria fonte primária do poder, já na perspectiva dos geógrafos neomarxistas, o Estado e o espaço seriam derivações do econômico (BECKER, 1988, p. 100). Indo na mesma direção, Leslie Hepple (1986) sinaliza que esse renascimento vinha sendo composto por várias vertentes, dentre elas a teoria Marxista ou Neomarxista. A sua base teórica dá-lhes uma perspectiva tanto para uma crítica da geopolítica clássica (vista como rivalidades imperialistas dentro do capitalismo de base), e para uma reconstrução da geopolítica contemporânea com base nas relações econômicas e particularmente no papel do capitalismo na economia mundial (HEPPLE, 1986, p. 30). Sobre o impasse teórico das abordagens deterministas e neomarxistas identificado por Bertha Becker, ela é resoluta sobre a questão teórica que subjaz o resgate da geopolítica quando afirma que “[...] tal impasse é simplificador do real, na medida em que não abre espaço para a identificação de novas fontes de poder e para a imprevisibilidade dos processos sociais” (BECKER, 1988, p.100).

Neste cenário em que novas perspectivas teóricas ampliam os horizontes da geopolítica diversificando o seu objeto, a geopolítica crítica e a antigeopolítica emergem enquanto alternativas à geopolítica clássica, ou ortodoxa. O geógrafo irlandês Gearóid Ó Tuathail (1999), em seu artigo “*Understanding Critical Geopolitics: Geopolitics and Risky Society*”, na ocasião em que a geopolítica completava um século (1899 – 1999), trata de estabelecer a base do que seria a geopolítica crítica:

A geopolítica crítica, ao contrário, é um empreendimento teórico problematizador que põe em questão as estruturas existentes de poder e conhecimento. Também um rótulo conveniente para um conjunto díspar de literaturas e tendências que se consolidaram na década de 1980 em uma crítica desenvolvida da "geopolítica ortodoxa" e das perigosas panacéias associadas a ela, a geopolítica crítica procura recuperar as complexidades da vida política global e expor as relações de poder que caracterizam o conhecimento sobre geopolítica ocultado pela geopolítica ortodoxa (Ó TUATHAIL, 1999, p. 107).

Ó Tuathail (1999, p. 108) argumenta que a crítica da geopolítica crítica é direcionada à maneira superficial e egoísta que a geopolítica ortodoxa lê o mapa político mundial, projetando suas próprias suposições políticas e culturais sobre ela enquanto esconde essas mesmas suposições, o que seria para os geopolíticos críticos um “olhar de lugar nenhum” que recusa ver a si mesmo e as relações de poder que tornam isso possível.

Como uma prática cultural irreflexivamente eurocêntrica e estreitamente racional de especialistas em poderosas instituições ocidentais (de universidades a burocracias militares a estratégicas 'think-tanks'), geopolítica não é sobre políticas de poder: é política de poder! Geopolítica crítica se esforça para expor essa política de poder ao escrutínio e ao debate público em nome de aprofundar a política democrática (IBIDEM, 1999, p. 108).

Para John Agnew (2017, p. 19), a geopolítica crítica pode ser definida como um senso crítico de que o mundo político é sustentado por uma miríade de suposições e esquemas sobre os modos em que as divisões geográficas do mundo entram na formulação da política externa e na legitimação popular dessas políticas. Ó Tuathail (1999, p. 108) assevera que a condição da geopolítica contemporânea excede o raciocínio “ou/ou” da geopolítica ortodoxa com a sua dependência de binários míticos da tradição geopolítica como heartland/rimland, poder marítimo/poder terrestre, para ele esse contexto revela que os velhos mapas conceituais da geopolítica não funcionam em um

mundo de fluxos velozes, informação e proliferação de riscos tecnocientíficos, apesar que:

No entanto, o desejo de limitar essa complexidade fervilhante da nossa era, devolvendo a política mundial a certos “eixos fundamentais” ou “verdades atemporais” permanece, apenas a última versão de um impulso contra moderno de longa data para (re)inventar certezas num mundo onde a vertiginosa “destruição criativa” da modernidade capitalista domina (IBIDEM, 1999, p. 108-109).

Paul Routledge (2006, p. 236) afirma que as geopolíticas promulgadas pelos Estados raramente passaram sem alguma forma de contestação por aqueles que enfrentaram diversas formas de dominação, exploração e/ou sujeição decorrentes de tais práticas. Com isso, várias histórias alternativas podem ser recontadas com o quadro histórico a partir da perspectiva daqueles que se mobilizaram na resistência contra o Estado e as práticas geopolíticas. Routledge (2006, p. 236) afirma que “Estes desafiam lutas contra-hegemônicas na medida em que articulam a resistência à força coercitiva do estado, bem como retiram o consentimento popular para ser governado ‘de cima’. São expressões do que eu chamaria de ‘anti-geopolítica’”.

Ivaldo Lima (2013) recupera o que Bertha Becker (1988) propôs enquanto uma das questões relativas ao resgate da geopolítica na sua relação com a geografia, e essa proposição é a de que “A nova Geopolítica, na verdade, resultará da interação entre os dois processos, a reestruturação tecnológica e os novos movimentos sociais” (BECKER, 1988, p. 124). O autor, ao revisitar essa proposição, ressalta o papel dos movimentos sociais por considerá-los o núcleo duro da antigeopolítica, sinaliza que Bertha Becker já havia identificado e analisado a tendência antigeopolítica, embora não a tenha rotulado (LIMA, 2013, p. 157) e explicita os aspectos da antigeopolítica, que “[...]trata da construção de contraespaços como alternativas sociopolíticas criativamente antagônicas à ordem geopolítica dominante. A antigeopolítica trabalha com a proposição de que um outro mundo é possível quando o mundo do outro é possível” (IBIDEM, 2013, p. 156). No que se refere ao papel dos movimentos sociais, Routledge (2006, p. 237) pontua que a antigeopolítica pode assumir uma miríade de formas, desde discursos oposicionistas de intelectuais dissidentes até estratégias e táticas de movimentos sociais que atuam em várias escalas e integram a resistência às estratégias globais.

Dado o exposto, podemos compreender que os percursos teóricos da geopolítica incluem perspectivas diversas, sobretudo em relação aos seus objetos e objetivos, desde a geopolítica clássica (ou ortodoxa) até a geopolítica crítica e a antigeopolítica. Neste sentido, compreendemos que o nosso trabalho, em alguns aspectos, está alinhado com o subcampo da geopolítica crítica, já que na nossa análise não incorporamos o “binarismo” da geopolítica clássica, mas buscamos problematizar a questão do anticomunismo na geopolítica brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022).

1.2 O Código Geopolítico

O conceito de Código Geopolítico foi apresentado pelo historiador estadunidense John Lewis Gaddis (2005), no livro *Strategies of Containments: A Critical Appraisal of American National Security Policy During the Cold War*. Nesta obra o autor propõe uma reinterpretação da política de segurança nacional dos Estados Unidos da América a partir de uma perspectiva estratégica da ideia de contenção (GADDIS, 2005, p. 7). Influenciado pela obra *The Operational Code: A Neglected Approach to the Study of Political Decision-Making*, do cientista político estadunidense Alexander L. George (1969), Gaddis parte da ideia de código operacional para elaborar o conceito de código geopolítico.

Eu sugeriria que existe para as administrações presidenciais certos códigos “geopolíticos” ou “estratégicos”, premissas sobre interesses americanos no mundo, ameaças potenciais, e respostas factíveis, que tendem a ser formadas tanto antes quanto logo depois de uma administração assumir o cargo e exceto circunstâncias muito fora do normal tendem a não mudar muito depois disso (IBIDEM, 2005, p. 9).

Para dar um apoio ao argumento anterior, Gaddis cita um trecho do livro *“White House Years”* de Henry Alfred Kissinger (1979), em que afirma “É uma ilusão acreditar que líderes ganham em profundidade enquanto ganham experiência (...) as convicções que líderes formaram antes de atingir altos postos são o capital intelectual que consumirão enquanto continuarem no posto” (KISSINGER, 1979 apud GADDIS, 2005, p. 9).

Em seguida, Gaddis (2005, p. 9) enuncia que houveram cinco distintos códigos geopolíticos na era pós-1945, e propõe empreender uma comparação focada e estruturada destes códigos geopolíticos e suas sucessivas abordagens da contenção, com o objetivo

de enxergar os padrões que poderiam vir a surgir deles. E os cinco códigos geopolíticos seriam:

A estratégia original de contenção de George Kennan, articulada entre 1947 e 1949, penso eu, implementada largamente pela administração de Truman durante este período; as suposições que cercavam o NSC-68³, colocado em vigor entre 1950 e 1953 como um resultado da Guerra da Coreia; o “Novo Olhar” de Eisenhower-Dulles, que durou de 1953 até 1961; a estratégia de “resposta flexível de Kennedy-Johnson, que modelou a abordagem Americana para o mundo até Johnson deixar o cargo em 1969; e aquele complexo de ideias que agora associamos nostalgicamente ao termo “détente”, apresentado por Nixon e Kissinger no início dos anos 1970, e continuou em vigor por Ford e Carter até a invasão do Afeganistão no final de 1979 (IBIDEM, 2005, p. 9).

Em referência às ideias de Gaddis (2005) sobre os códigos geopolíticos e a política de contenção, Leslie Hepple (1982) comenta sobre as vinculações do conceito de código geopolítico com algumas ideias do campo da geopolítica e analisa a questão da contenção.

Hepple (1982) declara que Gaddis (2005), “associa o período de ‘defesa de perímetro’ no começo da década de 1950 seguindo a diretriz do NSC-68 como intimamente relacionado ao conceito de Rimland de Spykman, e enxerga toda a política de contenção como relacionada às ideias de Mackinder” (HEPPLE, 1982, p. 24).

O geógrafo estadunidense Donald Meinig (1956, p. 554), expõe que o conceito de Heartland, criado por Halford J. Mackinder, é uma porção do interior da Eurásia definida como uma posição vital que, com os instrumentos técnicos do século XX, poderia ser desenvolvida e integrada como um recurso e base de mão de obra para a potencial superpotência do globo (MEINIG, 1956, p. 554). Já o Rimland é uma renomeação, feita pelo geopolítico Nicholas J. Spykman, do Marginal Crescente da teoria do Heartland de Mackinder, que compreende a periferia do continente Eurasiático (MEINIG, 1956, p. 554).

Hepple (1982, p. 24) observa que mesmo a contenção tendo uma base geopolítica, esse tema não foi discutido politicamente nos anos 1950 e 1960 por causa do surgimento da estratégia nuclear, que se constituiu como pedra angular da política global dos EUA.

De acordo com o exposto até aqui, o conceito de código geopolítico surge com o propósito de analisar um fenômeno político que diz respeito à política externa dos Estados Unidos da América, a estratégia de contenção do socialismo durante a Guerra Fria.

³ Objetivos e Programas dos Estados Unidos para a Segurança Nacional, ou Conselho Nacional de Segurança-68.

Contudo, os geógrafos Colin Flint, estadunidense, e Peter James Taylor, inglês, trazem uma nova abordagem desse conceito, contribuindo com outros elementos que servem para analisar as políticas externas de qualquer país.

Para apresentar o código geopolítico a partir do pensamento desses autores nos apoiaremos nos livros *“Introduction to Geopolitics”* (2012), de Colin Flint, e *“Political Geography: World-Economy, Nation-State and Locality”* (2018), escrito por Colin Flint e Peter J. Taylor.

No segundo capítulo de *“Introduction to Geopolitics”* (2012), intitulado *“Geopolitical Agency: The Concept of Geopolitical Codes”*, Colin Flint se propõe a introduzir o conceito, definir os componentes dos códigos geopolíticos, delimitar como os códigos geopolíticos operam em diferentes escalas geográficas e demonstra que outros atores geopolíticos que não sejam países, também podem construir códigos geopolíticos.

Em *“Political Geography: World-Economy, Nation-State and Locality”* (2018), Flint e Taylor reservam duas seções do segundo capítulo, *“Geopolitics Rampant”*, para explicar suas concepções sobre os códigos geopolíticos.

Flint (2012) disserta que a maneira que um país se orienta para o mundo é chamado de código geopolítico e que cada país no mundo define seus códigos geopolíticos, consistindo em cinco principais cálculos:

- a) quem são nossos aliados atuais e potenciais? b) quem são nossos inimigos atuais e potenciais? c) como podemos manter nossos aliados e nutrir os aliados potenciais? d) como podemos enfrentar nossos inimigos atuais e as ameaças emergentes? e) como justificamos os quatro cálculos acima para o nosso público e para a comunidade global? (FLINT, 2012, p. 43-44)

Para Flint e Taylor (2018), o raciocínio geopolítico prático por trás da política externa produz o código geopolítico.

Esses são códigos operacionais que consistem em um conjunto de premissas da geografia política que sublinham o desenvolvimento de relação de um país com outro. Tal código incorpora a definição de interesses de Estado, uma identificação de ameaças externas a esses interesses, uma resposta planejada para essas ameaças e uma justificativa para essa resposta (FLINT; TAYLOR, 2018, p. 51).

Para o cientista político russo Igor Okunev (2013, p. 1), o código geopolítico é um dos indicadores chave da posição de um país sobre assuntos globais e sua tendência em política externa. Suas principais variáveis são a escala e a orientação.

Flint (2012, p. 44) cita como exemplo de código geopolítico o caso da Grã-Bretanha, que definiu seus aliados primários dentro de instituições transatlânticas e transeuropeias da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE), e manteve sua influência no mundo através do estabelecimento do Commonwealth⁴.

Os códigos geopolíticos são operados nos níveis local, regional e global (FLINT, TAYLOR, 2018), e cada nível (ou escala) está implicado na capacidade de projeção de poder de cada país.

O nível local envolve a avaliação dos Estados vizinhos. Governos de todo mundo, mesmo pequenos, precisam ter esse código. Códigos a nível regional são requisitados por Estados que aspiram projetar seu poder para além dos vizinhos imediatos. Os governos de todos poderes regionais ou potenciais poderes regionais precisam mapear esses códigos. Finalmente, poucos Estados terão políticas globais e seus governos terão códigos geopolíticos mundiais apropriados. Por isso, todos países possuem códigos locais, muitos possuem códigos regionais e poucos possuem códigos mundiais (IBIDEM, 2018, p. 52).

Neste ponto cabe uma breve explicação sobre o conceito de poder, já que o mesmo aparece com frequência na explicação das escalas dos códigos geopolíticos. Não pretendemos realizar um longo debate sobre o poder, mas dada a sua relevância, é importante trazer para o nosso debate uma proposição que Claude Raffestin (1993) atribui ao poder, e que acreditamos fazer sentido com o que estamos tratando sobre os códigos geopolíticos.

Dito isso, concordamos com a afirmação que diz que “O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Dessa forma, as forças dispostas pelos dois elementos da relação formam um campo do poder, que na verdade é um campo de relação que organiza seus elementos e configurações (IBIDEM, 1993, p. 53).

⁴ Organização Internacional fundada em 1926 e formada, em quase sua totalidade, de ex-colônias britânicas.

Essa abordagem do poder dialoga com a relacionalidade do código geopolítico, pois “Uma coisa que deve se ter em mente é que todos os códigos geopolíticos só podem ser compreendidos de modo relacional: em outras palavras, códigos são feitos em relação com os códigos de outros países, quer sejam eles considerados aliados ou inimigos” (FLINT, 2012, p. 61).

Sabendo que cada país possui códigos geopolíticos em distintas escalas que variam de acordo com a sua capacidade projeção de poder, podemos compreender que esses campos de poder se inter cruzam, tornando o cenário internacional ainda mais complexo.

Flint e Taylor (2018, p. 52) citam como exemplo dessa complexidade o caso da Turquia e da Grécia, que na escala regional compartilham do mesmo código geopolítico, haja vista que ambos integram a OTAN, mas na escala local os dois países possuem uma rivalidade histórica nutrida desde o século XIX e se mantém viva no contexto atual.

Este exemplo ratifica Colin Flint (2012, p. 47) quando declara que para muitos países a sua principal, senão única, preocupação é com seus vizinhos imediatos, que podem ser inimigos ou aliados, ou se a questão é o aumento do comércio ou a invasão. Em acordo com essa ideia, é que se afirma que, de fato, os tratados são um bom indicador de códigos, especialmente na escala regional (IBIDEM, 2018, p. 52).

Podemos conceber que a interdependência e a hierarquia são elementos que constituem o campo de poder formado pelos códigos geopolíticos.

Apesar de cada código vir a ser único ao seu país particular, tal raciocínio prático não é conduzido no vácuo. Ao criar seu código geopolítico, um país deve tomar em conta o código geopolítico de outros países. De fato, tem sempre ocorrido uma hierarquia de influência no sistema interestatal através do qual os países mais poderosos impõem ideias e suposições sobre os menos poderosos (IBIDEM, 2018, p. 52).

Em consonância com a consideração acima, Flint (2012, p. 47) assevera que “Embora possamos distinguir o poder e influência de um país através da designação de seu código geopolítico como local, regional, ou global, é falso separar os códigos geopolíticos local do contexto geopolítico global”.

Um fato que é preciso realçar nesse debate é que os contextos geopolíticos globais são configurados pelos códigos das potências globais, porque, de certa forma, sua vizinhança é o mundo. Por isso que Flint e Taylor atentam para o seguinte fato:

Em particular, as grandes potências possuem excessiva influência sobre os códigos geopolíticos de outros membros do sistema, tanto que dentro de qualquer período histórico muitos códigos geopolíticos tendem a se encaixar juntos para formar um único e geral padrão dominante. Esses são as ordens geopolíticas mundiais (FLINT; TAYLOR, 2018, p. 52).

A existência de códigos geopolíticos na escala global é sustentada nessa noção de que a vizinhança das potências globais serem o mundo, e além disso, é preciso ter em mente que “tal código geopolítico global é baseado em uma sensação de que sua presença global é desejada” (FLINT, 2012, p. 47). Para os países que intencionam possuir códigos geopolíticos globais, “Um desafio à sua autoridade em qualquer lugar do mundo requer uma resposta, pois sua legitimidade é baseada no seu alcance global” (FALAH; FLINT, 2004 apud FLINT, 2012, p. 47).

Do modo como foi expresso até aqui, os códigos geopolíticos são estruturados de forma hierárquica e conflituosa. A hierarquia está expressa nos tratados diplomáticos, acordos comerciais ou endossos categóricos a determinadas políticas de países parceiros ou aliados. Um exemplo disso é o apoio de Emmanuel Macron, presidente da França, ao presidente dos EUA, Joe Biden, na oposição à invasão do território ucraniano pela Rússia⁵.

Neste caso em particular, a hierarquia está manifesta no encaixe de códigos geopolíticos regionais, da França, e global, dos EUA. Para a França, a segurança da Europa perpassa pela contenção da expansão Russa no continente; e para os EUA, a Rússia é uma potência que desafia a sua liderança na medida que aspira um novo ordenamento global.

A menção dessa relação entre França e EUA serve para ilustrar que a liderança global necessita de ‘acompanhamento’ e que muita energia diplomática é gasta para ter certeza que países estão ‘a bordo’ da agenda dos líderes mundiais (FLINT, 2012, p.47).

Sobre a conflitualidade dos códigos geopolíticos, já mencionamos aqui o exemplo da Turquia e Grécia, que no âmbito regional seus códigos combinam, mas no nível local há uma rixa secular. Os códigos geopolíticos globais possuem maior potencial conflituoso justamente por causa do leque de países que embarcam na agenda das grandes potências,

⁵ Invasão militar promovida pela Rússia contra o território da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022.

e também porque “Qualquer tentativa de outro país de criar um código geopolítico global é interpretada como um desafio ao líder mundial” (IBIDEM, 2012, p. 47).

Até então só temos apresentado o tema dos códigos geopolíticos como se o Estado fosse o único agente relevante, porém os agentes não estatais também possuem códigos geopolíticos, e um exemplo que Colin Flint (2012) cita são os grupos terroristas, no caso, ele menciona em específico a al-Qaeda.

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 trouxeram a relevância dos atores não estatais para as discussões de política externa: e não antes do tempo. Documentos contemporâneos de política externa são repletos de conversas de insurgentes, Estados falidos, grupos rebeldes, organizações criminosas, piratas, e suas interações com grupos terroristas. Esses atores não estatais são retratados frequentemente interagindo e fazendo ameaças aos estados que devem, portanto, ser abordadas nos códigos geopolíticos dos estados (IBIDEM, 2012, p. 63).

Também existem atores não estatais não violentos, por exemplo movimentos sociais transnacionais, como grupos anti-globalização ou ambientais que possuem seus códigos geopolíticos.

Eles certamente identificam alvos (como navios baleeiros japoneses ou reuniões de banqueiros internacionais); esses movimento são muitas vezes coalizões de um número de grupos (ou aliados); eles crescentemente desenvolvem meios sofisticados de manifestação e interrupção; e eles são eficazes em dizer a suas motivações (IBIDEM, 2012, p. 64).

Por conseguinte, os códigos geopolíticos podem ser criados e operacionalizados por múltiplos atores, sejam Estados, grupos terroristas ou movimentos sociais. Julgamos que esse elemento atribui ao conceito que estamos tratando aqui uma dinâmica que é consonante às transformações da geopolítica contemporânea que não é necessariamente estadocêntrica. Essas possibilidades, que estão postas quando falamos de códigos geopolíticos, comportam grande variedade de instrumentos que nos ajudam a interpretar o mundo hoje.

Apesar disso, o nosso trabalho será focado nos códigos geopolíticos dos agentes estatais, dado o objetivo de nossa pesquisa que é tentar responder como o governo Bolsonaro opera com o anticomunismo a nível de código geopolítico.

Sendo assim, consideramos ser útil, para o debate que propomos, expor como alguns intelectuais se utilizam do conceito de código geopolítico para analisar como alguns países orientam suas políticas externas diante das transformações geopolíticas do mundo contemporâneo.

Os escritos de Giovanbattista Varricchio (2018) e Ivaldo Gomes Lima e Rodrigo Pina (2013) serão tomados como base para a exposição de como os códigos geopolíticos são utilizados em análises das políticas externas de dois países específicos: Itália e EUA.

Giovanbattista Varricchio é um cientista político italiano que escreveu o artigo “*The Italian Geopolitical Code*”, em 2013, e nele busca delinear as principais características do código geopolítico italiano. O autor, logo no início do seu artigo, menciona que embora na Itália a política externa nunca tenha sido uma questão de relevante discussão pública tanto em campanhas eleitorais quanto na política do dia-a-dia, seja necessário questionar se a Itália tenha formado uma abordagem adequada para política internacional (VARRICCHIO, 2018, p. 133).

Para Varricchio (2018, p. 133-134), o código geopolítico é um importante conceito analítico na compreensão das relações internacionais e políticas externas, embora seja subestimado.

A partir de documentos estratégicos oficiais, tais como o Livro Branco italiano, de 2015, e o Documento Programático Plurianual 2017-2019, o autor conclui que a visão de mundo italiana está fundamentada em dois pilares: a dimensão Euro-Atlântica e a dimensão Euro-Mediterrânea (IBIDEM, 2018, p. 135).

A partir da dimensão Euro-Atlântica o autor foca no Euroceticismo como um código geopolítico estratégico para dois partidos da direita populista, o Movimento Cinco Estrelas e a Liga, que projetam suas pautas em questões sensíveis da política externa do país. A dimensão Euro-Mediterrânea será analisada a partir da forma como a Itália lida com os países que performam ameaças ao Bloco Ocidental (IBIDEM, 2018, p. 133).

Começando pela dimensão Euro-Atlântica, a Itália hoje é um país-chave na estrutura geoestratégica Ocidental, tendo em vista o seu reconhecido comprometimento com a OTAN e a União Europeia (UE), que são as bases do Bloco Ocidental, e além disso é a terceira maior economia da Zona do Euro (IBIDEM, 2018, p. 135).

Contudo, isso contrasta com o Euroceticismo italiano, que pode ser compreendido como uma postura crítica, ou de desconfiança, em relação à União Europeia. Para compreender a natureza do Euroceticismo italiano, Varricchio (2018) se debruça sobre a vontade declarada de alguns partidos com representação no Parlamento, no caso, o autor

tinha como cenário político o ano de publicação de seu texto. “Os dois principais partidos Eurocéticos na Itália são o Movimento de Cinco Estrelas e a Liga. Ainda que esses partidos tenham se manifestado fortemente no passado para deixar a Zona do Euro ou até mesmo a União Europeia, o programa leitoral dos dois contam uma história diferente” (IBIDEM, 2018, p. 135).

O autor traz à tona que os dois partidos são inconsistentes quanto às suas demandas eurocéticas e que a proposta radical de um “Italexit” seria completamente inviável. Além disso, nenhum dos partidos sequer apresentaram reivindicações de saída da OTAN. Por isso, o euroceticismo italiano se configura mais um canal de comunicação do que, de fato, uma saída (IBIDEM, 2018, p. 135).

Sobre a dimensão Euro-Mediterrânea, a Itália se descreve como o centro dessa região por causa de razões geográficas e culturais, e nos documentos oficiais citados anteriormente ela é mencionada como área principal de intervenção nacional, haja vista que, assim como outros países europeus, a Itália leva em séria consideração a Baía do Mediterrâneo por oferecer graves ameaças como migração ilegal e terrorismo internacional (IBIDEM, 2018, p. 136). Diante desse cenário, não sendo possível estabelecer um sistema de segurança regional, a Itália mira numa estabilização geral da área. O Livro Branco Italiano⁶ destaca a vontade do país em se tornar a nação líder em certas operações internacionais na região mediterrânea (IBIDEM, 2018, p. 136-137).

No que se refere aos esforços italianos em viabilizar a estabilização a região Euro-Mediterrânea e conter as ameaças ao Bloco Ocidental, a diplomacia consistiu no eixo principal para execução desse código geopolítico.

Neste quadro, podemos melhor entender certas manobras – nem sempre consistente e voltada para o futuro - que a Itália tem colocado no tabuleiro de xadrez mediterrâneo. Começando pela ex-colônia Líbia, a imprudente mudança de regime em 2011 fez com que a Itália promovesse Governo do Acordo Nacional, apoiado pela ONU, e liderado por Fayed al-Sarraj. Além disso, a Itália chegou a acordos com o governo oficial de al-Sarraj e com organizações paramilitares lideradas por seu concorrente Khalifa Haftar para diminuir o fluxo migratório da Líbia para a Itália (IBIDEM, 2018, p. 137).

Para Varricchio (2018, p. 137) “Por isso, é fácil de entender que as dimensões Euro-Atlântica e Euro-Mediterrânea são dois fatores proeminentes na formação do código

⁶ O Livro Branco Italiano é um documento governamental que aborda temas de defesa e estratégia do país.

geopolítico italiano”. E autor cita ainda uma terceira característica da política externa italiana, que é o estabelecimento de relações amigáveis com a maioria dos atores internacionais, particularmente com os forasteiros, o que contrasta com o quadro geral das relações internacionais que se sustentam no dualismo amigos versus inimigos. O nome dado a essa prática é a diplomacia amigável, e são exemplos disso as relações criadas com países do mundo árabe, tais como Líbano e Irã.

Um outro caso que abordaremos com brevidade é artigo “Hegemonia Global Distendida e o Novo Código Geopolítico dos Estados Unidos para a América Latina” (2013), escrito pelos geógrafos brasileiros Ivaldo Gonçalves de Lima e Rodrigo Pina.

O artigo aborda a mudança do código geopolítico dos Estados Unidos, que se desloca da contenção para a prevenção, e enfatiza as tensões que derivam dessa mudança, destacando a territorialização militar em rede na América Latina.

Lima e Pina (2013) assinalam que eleger um código geopolítico subentende que o estabelecimento dos seus propósitos esteja alinhado às condições e situações geopolíticas do momento, e havendo mudanças nessas circunstâncias, o código geopolítico deverá se adequar a elas. Para os autores o código geopolítico é um conceito que permite estabelecer um elo entre a nova geopolítica dos EUA e a territorialização militar na América Latina (LIMA, PINA, 2013, p. 155).

A mudança do código geopolítico dos EUA ocorre com o fim da Guerra Fria, contexto marcado pela estratégia de contenção do socialismo, a partir daí, o desafio posto à potência estadunidense é a justificativa para sua política externa para a manutenção da hegemonia global (IBIDEM, 2013, p. 155).

Com o fim da Guerra Fria não havia mais necessidade de conter um inimigo expansionista, e na tentativa de manterem-se hegemônicos, os Estados Unidos buscaram justificar sua política externa de outras formas, um inimigo de outro tipo deveria ser identificado. Consequentemente tornou-se indispensável a criação de um novo código geopolítico global que encontra especificidades nas escalas local e regional (IBIDEM, 2013, p. 157-158).

Sendo assim, o código eleito foi o da prevenção, “Ou seja, a ação de prevenir(-se) nos dirige interpretativamente à ações análogas, onde listaríamos de antemão, por exemplo: precaução; cautela; modo de ver antecipado, planejado; disposição ou preparo antecipado e próprio para evitar, etc” (IBIDEM, 2013, p. 158).

Lima e Pina (2013) asseveram que a identificação do novo código geopolítico da prevenção tem como objetivo deixar claro seu papel na territorialização do seu entorno militar.

O novo código geopolítico da prevenção pode ser entendido como cerne da geoestratégia orientada intencionalmente pelos Estados Unidos para o que está por vir, sempre com objetivo de adquirir melhores condições, contínua e qualitativamente. Seu conteúdo apresenta um movimento assentado na necessidade de prevenção da hegemonia, prevenindo qualquer risco futuro à preeminência geopolítica estadunidense. As ideias de preparação e disposição territorial antecipada são centrais na configuração da prevenção como código geopolítico vigente e no processo de territorialização militar em rede (PINA, 2007 apud LIMA; PINA, 2013, p. 160-161).

Além do que foi apresentado até aqui, os autores atentam para outro aspecto do novo código geopolítico dos EUA, e para uso do conceito de código geopolítico, que contribui para o avanço de debates no campo da Geografia, esse aspecto é a possibilidade de reinterpretação da categoria território em diálogo com o conceito de rede (IBIDEM, 2013, p. 161).

A partir desse debate que podemos compreender como a territorialização militar em rede é uma estratégia articulada ao novo código geopolítico, e particularmente, suas inferências à América Latina.

Em suma, territorialização militar em rede é um processo através do qual a formação de territórios é desdobrada por uma geoestratégia estatal de vertente político-militar e configurada de forma reticular. Pontos são ativados e desativados como resultado das tensões geoestratégicas entre forças sociopolíticas em seus respectivos tempos e espaços (IBIDEM, 2013, p. 162).

Essa formação de territórios pautada nas geoestratégias estatais, na prática, “Trata-se de uma ossatura militar definida em rede pelas bases/instalações militares, e que se apresenta como o próprio arco preventivo” (IBIDEM, 2013, p. 163). E dentro desse esquema, a América Latina é inserida numa (des)ordem territorial que resulta em um controle territorial pela via da prevenção de riscos pelos EUA (IBIDEM, 2013).

Nos termos discutidos pelos autores, a mudança do código geopolítico dos EUA configura-se como um vetor fundamental do processo de (re)configuração das realidades geopolíticas do mundo e da América Latina (IBIDEM, 2013, p. 164).

Procuramos expor, na apresentação dos trabalhos de Giovanbattista Varricchio (2018) e Ivaldo Gonçalves Lima e Rodrigo Pina (2013), como o conceito de código geopolítico é utilizado na leitura das relações estatais e na formação de suas políticas externas. No caso do artigo de Varricchio (2018), o código geopolítico da Itália é expresso na relação diametralmente oposta de uma força política interna, o Euroceticismo, com uma prática política externa (diplomática) que tem como base a sua consolidação enquanto pedra angular do Bloco Ocidental no mundo europeu. Já em Lima e Pina (2013), é debatido a mudança do código geopolítico global dos EUA, da contenção para a prevenção, e como esse fenômeno se articula com as estratégias hegemônicas do país no território da América Latina.

Em vista do que foi discutido, fizemos um percurso teórico desde o debate sobre conceito de códigos geopolíticos até à apresentação da sua instrumentalização nos trabalhos ora resumidos. Aos trazermos esse conceito a um terreno comum desde John Gaddis (20015) até Flint e Taylor (2018), tornando explícitas suas definições, problemáticas e escalas, buscamos evindeciar como o código geopolítico é instrumentalizado, e para isso usamos dois casos como exemplo: Itália (VARRICCHIO, 2018) e EUA (LIMA; PINA, 2013).

Por conseguinte, avaliamos que o código geopolítico possui uma sistematização e aplicações práticas na leitura das geopolíticas que justificam nossa escolha por esse conceito para compreender o fenômeno do Anticomunismo, que é o tema do segundo capítulo da dissertação.

CAPÍTULO 2

O ANTICOMUNISMO, SUAS ORIGENS E MATRIZES IDEOLÓGICAS

Neste capítulo falaremos sobre o fenômeno do anticomunismo. Em primeiro lugar, faremos uma abordagem historiográfica do anticomunismo regatando elementos relevantes para sua compreensão. Essa abordagem será restrita a dois contextos geográficos e históricos distintos, o período da Guerra Fria (1947-1991) nos Estados Unidos da América e o Estado Novo (1937-1945) da Era Vargas, no Brasil.

Dessa forma, não é do nosso interesse fazer uma longa periodização do anticomunismo desde a Era Vargas, passando pela Ditadura Militar (1964-1985) e chegando enfim no governo Bolsonaro (2019-2022), pois compreendemos que Guerra Fria nos EUA e o Estado Novo no Brasil nos proporcionam elementos suficientes para introduzirmos os debates relativos ao anticomunismo, para que no terceiro capítulo resgatemos as discussões que levantaremos aqui, sob a perspectiva do anticomunismo bolsonarista, que também será abordado no capítulo final.

Em segundo lugar pretendemos apresentar como os autores categorizam o anticomunismo, apresentando as posições e as matrizes ideológicas do anticomunismo. Para tanto, nos basearemos em Carla Luciana Silva (2000), Daniel Moreira (2019), Ralph Miliband e Marcel Liebman (1984), Rodrigo Motta (2000) e Sidnei Munhoz (2016).

Há de se fazer uma última consideração sobre nosso enfoque no presente capítulo, que diz respeito ao comunismo. Não pretendemos discutir teoricamente sobre o que é o comunismo para depois apresentarmos o anticomunismo, pois julgamos que esse debate não atende ao nosso escopo, uma vez que o debate que propomos não é empreender uma contraposição sobre que é, de fato, o comunismo diante das declarações anticomunistas do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus imediatos, mas tão somente refletir as implicações desta ideologia sobre a geopolítica brasileiro no governo Bolsonaro.

2.1 Historiografia do Anticomunismo

Para o sociólogo britânico Ralph Miliband e para o historiador belga Marcel Liebman (1984, p. 9), em “*Reflections on Anti-Communism*”, desde a Revolução Bolchevique de 1917 o anticomunismo tornou-se um tema presente na guerra política promovida pelo conservadorismo contra a esquerda; e desde 1945 e o início da Guerra Fria, o anticomunismo foi disseminado em todos os meios de comunicação num

empreendimento maciço de propaganda e doutrinação. Em “Anticomunismo Brasileiro: Conceitos e Historiografia” (2000), a historiadora brasileira Carla Luciana Silva afirma que “já em 1849, no Brasil, a palavra ‘comunismo’ vulgarizava-se na imprensa e no Parlamento” (BANDEIRA, 1967 *apud* SILVA, 2000, p. 199). De acordo com Silva (2000, p. 199), a relevância do ‘comunismo’ como um inimigo está no uso do termo, de modo que se tornou comum considerar qualquer oposição ao sistema como ‘comunista’.

O historiador brasileiro Rodrigo Patto Sá Motta, em sua tese de doutorado com o título “Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O Anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)”, declara que “No Brasil, pode-se dizer, o anticomunismo surgiu logo após a Revolução de 1917. O fenômeno teve dimensão internacional, provocado pela reação ao advento mundial do bolchevismo e às crises revolucionárias emergentes no pós-Primeira Grande Guerra” (MOTTA, 2000, p. 16).

(...) mas em nenhuma momento desde 1917 o anticomunismo falhou em ocupar o maior, senão central, lugar na política do mundo capitalista. Diferentes países comunistas em vários momentos tem sido o principal alvo de ataque - China na época da Guerra da Coreia, Vietnam na época da Guerra do Vietnam. Mas é a União Soviética que sempre foi tomada como principal e mais perigosa inimiga (MILIBAND, LIEBMAN, 1984, p. 9)

De acordo com Miliband e Liebman (1984, p. 9), o anticomunismo seria baseado em dois argumentos principais: o primeiro é que o comunismo é o mal supremo; o segundo é que os líderes soviéticos buscam impor esse mal ao resto do mundo. E essas reflexões principais formaram o arcabouço que também foi explorado pela direita brasileira em suas ações anticomunistas. Motta (2000, p. 16), assinala que no Brasil, “Em grande parte, as visões sobre o que seria o comunismo e a ameaça que ele implicava à ordem social foram decalcadas de modelos estrangeiros. As representações anticomunistas elaboradas e divulgadas no Brasil a partir de 1917 refletem uma influência externa marcante”.

Miliband e Liebman (1984, p. 10) destacam o fato do comunismo soviético ser descrito como sombrio pelo anticomunismo, e haveria uma hipótese que acompanharia essa ideia: a busca pelo expansionismo soviético. O expansionismo soviético seria resumido como a preocupação desesperada por parte da União Soviética em ir de país em país para espalhar o comunismo. E é sobre esse expansionismo que os autores se debruçam com o propósito de refutar um dos fundamentos do anticomunismo.

Os termos exatos da acusação, e explicações do alegado 'expansionismo' soviético varia, e o mesmo acontece com as concepções sobre o que deveria fazer sobre isso, mas o ponto básico permanece: a União Soviética representa uma ameaça permanente para todos os países livres - uma ameaça muito mais ameaçadora, nos olhos de muitos anticomunistas, que o Nazismo, por que é mais insidiosa e penetrante. (IBIDEM, 1984, p. 10).

Sidinei José Munhoz (2017), um historiador brasileiro, em seu artigo “Imperialismo e Anti-imperialismo, Comunismo e Anticomunismo durante a Guerra Fria”, destaca que:

A Aliança constituída durante a II Guerra Mundial contra as forças do Eixo havia promovido a união das chamadas democracias capitalistas com o socialismo estalinista soviético. No entanto, os interesses antagônicos surgidos ao final daquele conflito mundial produziram novas tensões internacionais que levaram a humanidade à beira de uma nova guerra mundial (IBIDEM, 2017, p. 454).

Essas novas tensões internacionais estavam relacionadas com o alegado expansionismo soviético, uma vez que “Para os liberais ocidentais, a pregação de uma revolução proletária internacional, a expropriação da propriedade privada na Rússia Soviética e o não reconhecimento dos débitos internacionais do império russo ainda eram feridas abertas jamais cicatrizadas” (IBIDEM, 2017, p. 454).

O que os Aliados Ocidentais estavam buscando alcançar no final da II Guerra Mundial era precisamente o que eles procuraram alcançar no final da I Guerra Mundial, ou seja, restaurar e estabilizar uma velha ordem convulsionada pela guerra ameaçada pelo radicalismo fomentado pela Guerra. Esse empreendimento tomou várias formas diferentes; e envolveu confrontação com a União Soviética em muitos diferentes pontos. Foi isso, e não o 'expansionismo' soviético, que colocou em ação uma escalação dialética e contra-escalação que definiu toda a história dos anos pós-guerra (MILIBAND; LIEBMAN, 1984, p. 11).

Para Munhoz (2017, p. 455) “Com o crescimento dos conflitos entre as potências globais, a perseguição político-ideológica tornou-se exacerbada tanto no campo soviético quanto no estadunidense”. No Brasil, antes mesmo da Guerra Fria, o cenário político tornou-se favorável à exacerbação da perseguição ideológica já em 1935, graças ao episódio conhecido como Intentona Comunista. Motta (2000, p. 18), ao tratar das

elaborações originais do anticomunismo a partir da singularidade política brasileira, sustenta que “A forma como o episódio de 1935 foi explorado dificilmente encontra similar em outros países. A ‘Intentona’ deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática” (IBIDEM, 2000, p. 18).

Voltando para o contexto da Guerra Fria, a questão do expansionismo soviético se apresenta de modo complexo, dado que ao longo do tempo a política externa da União Soviética passou mudanças de acordo com o quadro geopolítico.

Nem mesmo a União Soviética então insistiu na 'estalinização' do Leste Europeu no final da guerra: não até 1947 e o agravamento da Guerra Fria que os regimes comunistas de pleno direito foram instalados nos países que Stalin queria na esfera de influência soviética (MILIBAND; LIEBMAN, 1984, p. 11)

Essa mudança no curso da política soviética para o Leste Europeu refere-se ao fato de que “Em 12 de março de 1947, foi anunciada a Doutrina Truman. Em 5 de junho do mesmo ano, os EUA anunciaram o Plano Marshall. O Plano foi visto pelos soviéticos como parte de uma estratégia imperialista visando à subordinação da Europa aos interesses dos EUA” (MUNHOZ, 2017, p. 455).

Esse período que vai do fim da II Guerra Mundial até 1947, o que estava em jogo não era, ainda, a contenção do comunismo em si.

Na verdade, não era o "comunismo" que estava em questão, mas a mudança radical na qual os comunistas certamente desempenhariam um papel importante, mas não monopolista. Na Europa Ocidental, partidos comunistas desempenhou um papel estabilizador crucial em um momento de grande revolta, e rejeitou de imediato quaisquer políticas 'aventureiras', significando quaisquer políticas que possam ter colocado em risco sua participação contínua os governos burgueses em que haviam entrado (MILIBAND; LIEBMAN, 1984, p. 11).

Sendo assim, é possível pensar que o que havia de se conter, neste período, era os efeitos das políticas comunistas no Leste Europeu, e o que poderia ser projetado para o restante da Europa. Seguindo nesta linha de raciocínio, a estratégia Ocidental tinha pela frente um obstáculo aos seus projetos geopolíticos.

Assim, a partir de Munhoz (2017, p. 455), a Guerra Fria pode ser entendida a partir de dois períodos: um inicial de alargamento de conflitos em escala global pautado por posturas acentuadas; e um período posterior marcado por enfrentamentos a partir de

satélites, com o objetivo de evitar um conflito direto, criando um sistema balanceado de relações e padrões toleráveis e previsíveis de confronto.

Motta (2000) nos traz uma perspectiva reveladora sobre a autonomia brasileira no que se refere ao anticomunismo no contexto da Guerra Fria.

No caso da “onda” anticomunista relacionada à guerra fria, pode-se dizer que no Brasil ela começou antes que nos Estados Unidos. Enquanto naquele país o rompimento efetivo com a URSS ocorreu a partir de 1947, com a Doutrina Truman e o Plano Marshall, por aqui a perseguição ao Partido Comunista começou um ano antes, quando se iniciou o processo de cassação do registro eleitoral do PCB. Quando o governo Dutra resolveu cortar relações diplomáticas com a URSS, em 1947, dando prosseguimento a sua ofensiva contra o comunismo, a chancelaria norte-americana considerou a atitude precipitada o que evidencia a autonomia das autoridades brasileiras no tratamento da questão (IBIDEM, 2000, p. 18)

Para além de trazer à tona a independência e singularidade brasileira na empreitada anticomunista, esse trecho ratifica um elemento abordado no nosso texto. Esse elemento está expresso em Miliband e Liebman (1984, p. 11), quando afirmam que o interesse estadunidense no início da Guerra Fria não era conter o comunismo, mas sim as consequências da política comunista, haja vista a posição da chancelaria estadunidense na ocasião do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS.

Motta (2000, p. 19) também aborda esse assunto, quando menciona que “Nesta época, o governo dos EUA ainda não havia colocado o anticomunismo como prioridade máxima, independente de outras considerações. Membros da administração democrata, então no poder, temiam que políticas anticomunistas indiscriminadas levassem a perseguições contra a esquerda democrática”.

Somente na década de 1950 que as agências estatais estadunidenses assumiram uma postura anticomunista mais ofensiva na América Latina (IBIDEM, 2000, p. 19).

Miliband e Liebman (1984, p. 10), afirmam que “Marx e Engels proclamaram no Manifesto Comunista de 1848 que 'um espectro está assombrando a Europa - o espectro do Comunismo'. Mas não havia mais um espectro do 'Comunismo', mas sim a temida realidade”. E essa realidade, para os anticomunistas, poderia ser resumida pela ameaça soviética, e “O mínimo que isso requer é a contenção e a dissuasão por meio da força militar dos EUA e seus parceiros na OTAN e além, em consciência vigilante dos perigos provados de apaziguamento” (IBIDEM, 1984, p. 10).

E foi no entorno dessa ameaça, expansionista acima de tudo, que se construiu um discurso e um imaginário anticomunista. Silva (2000, p. 205), afirma que o anticomunismo seria perceptível através de discursos, contudo, reconhece que as práticas discursivas levariam a uma compreensão simplificadora da realidade. Neste sentido, a autora recorre ao conceito de discurso competente, proposto por Marilena Chauí (1981), no livro “Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas”. A autora explica que o discurso competente é aquele que aparenta não ter alguém exercendo o poder (CHAUÍ, 1981 apud SILVA, 2000, p. 205-206).

Não por acaso, “No nosso país, a campanha contra o comunismo começou através da imprensa, logo após a tomada do poder pelos bolcheviques” (MOTTA, 2000, p. 20). Consideramos importante pontuar isso por que, em muitos casos, os discursos anticomunistas não são atribuídos a sujeitos determinados, ou autores das ideias, mas sim aos “jornais” ou à “imprensa”, e isso coincide com a ideia do discurso competente não atribuído a alguém específico que exerça o poder.

Silva (2000, p. 206) assevera que, “No entanto, esse conceito não nos propõe determinar onde se gesta esse imaginário e como ele é elaborado, tarefa fundamental para que compreendamos e possamos nos aperceber quando estamos diante dele”. Retomaremos a discussão sobre sua origem mais a frente, pois não pretendemos nos aprofundar no debate sobre os discursos e o imaginário anticomunista, mas antes de retornar a uma outra discussão, é importante pontuar que “Falar sempre é agir, é posicionar-se” (IBIDEM, 2000, p. 207), e em se tratando do anticomunismo, esses discursos sempre foram muito proveitosos para o conservadorismo e o reacionarismo.

Os discursos anticomunistas que realçavam os aspectos expansionistas da União Soviética operavam com base na política externa real da URSS, entretanto, a realidade era mais complexa do que os reducionismos empreendidos por esses discursos:

Desde 1939, a União Soviética absorveu a Polônia Oriental, os estados bálticos, a parte ocidental da Ucrânia e a Bielorrússia. Esses territórios faziam parte do império czarista antes de 1917. Isso não justifica a absorção de países que, como no caso da Lituânia, Letônia e Estônia, alcançaram a independência como resultado da queda do czarismo. Mas é um fato que não deixa de ser relevante para um julgamento do tipo de considerações que determinam as ações dos líderes soviéticos – neste caso, uma mistura de nacionalismo, uma visão particular do que a segurança soviética exige, uma completa indiferença ao que as pessoas envolvidas podem ou não querer, possivelmente combinadas com a crença de que devem eventualmente ver os benefícios de

seu retorno a um estado russo que agora é uma comunidade soviética. Desde 1945, a União Soviética também trouxe Polônia, Hungria, Bulgária, Alemanha Oriental e Tchecoslováquia para dentro de sua esfera de dominação. Sua relação com a Romênia é mais ambígua e equivale a muito menos do que controle. Em 1979, enfrentou pela força das armas a ameaça ao seu controle do Afeganistão, como havia feito na Hungria em 1956 e na Tchecoslováquia em 1968. Tem laços estreitos com o Vietnã e Cuba. Por outro lado, suas relações com outros estados comunistas são incertas, e vão desde as mais ou menos amigáveis, como no caso da Coreia do Norte e da Iugoslávia, até as francamente hostis, como no caso da China e da Albânia. Suas relações com outros Estados autoproclamados 'marxistas-leninistas', como Iêmen do Sul, Etiópia, Moçambique e Angola, são boas, mas não lhe dão controle sobre esses países (MILIBAND; LIEBMAN, 1984, p. 12).

Como podemos ver, o que prevalecia na política externa soviética era o realismo político, e isso não isentou a URSS de críticas vindo de intelectuais do mesmo campo ideológico. E a relação da União Soviética com seus satélites, ou a absorção dos Estados comunistas à sua esfera de influência, oferece duas interpretações bem distintas, se considerarmos a perspectiva comunista ou anticomunista:

O que isso nos diz sobre a dinâmica da política externa soviética? Para o anticomunismo, a resposta é cegamente simples e óbvia: ela nos diz de um imperialismo soviético combinado com o imperialismo tradicional russo; de um expansionismo totalitário severo, de uma agressão comunista e de uma implacável vontade de alcançar a dominação mundial. Mas há uma visão diferente, que é totalmente mais realista e baseada na história real do que em fantasias ideológicas, a saber, que as políticas externa e de defesa soviética são dominadas pela vontade dos líderes soviéticos de garantir a segurança da União Soviética no que eles concebem como um contexto profundamente hostil e ameaçador (IBIDEM, 1984, p. 12).

A escalada do conflito deu impulso muito forte ao anticomunismo, e com isso, as repressões ou violações promovidas pela URSS foram potencializadas. Munhoz (2017, p. 455) expõe que “Assim, é muito provável que, com a intenção de consolidar o controle da região e impedir qualquer estratégia dos aliados ocidentais para retirar-lhe o predomínio sobre Europa Oriental, a URSS aumentou a repressão e restringiu o processo democrático em toda a sua área de influência”. Contudo, é equivocado pensar que somente a União Soviética se valia da repressão.

No Brasil houveram repercussões da elevação do tom dos EUA na empreitada anticomunista. “A ofensiva político-ideológica dos norte-americanos tendeu a

concentrar-se, então, nos setores mais receptivos e tradicionalmente comprometidos com o anticomunismo, como as forças armadas e policiais, os religiosos e os políticos conservadores (MOTTA, 2000, p. 19). Esse fato nos permite fazer uma reflexão sobre a experiência anticomunista brasileira, pois conforme Motta (2000, p. 20) assevera, “Na realidade, o anticomunismo no Brasil resultou da interação entre fatores endógenos e exógenos, e os elementos dessa combinação variaram dependendo da conjuntura histórica”.

E é importante ressaltar que o anticomunismo no Brasil, assim como em outros países, passou por fases. “Entre 1917 e 1930 o comunismo foi encarado como uma ameaça remota, mais a ver com o velho mundo do que com o continente americano. Neste contexto, elaborou-se a formulação do comunismo apresentado como ideia alienígena, distante da realidade e das aspirações dos brasileiros” (MOTTA, 2000, p. 22). Ainda que neste período, particularmente 1927, o crescimento do Partido Comunista teve como resposta uma manobra política que teve como resultado a aprovação da Lei Celerada, que implicou no aumento da repressão às atividades comunistas no Brasil

Contudo, todo esse alarde sobre uma possível revolução comunista no Brasil, com apoio da URSS, não passava de um artifício para criar uma situação favorável para aprovar a Lei Celerada, que ganhou esse nome da oposição, tendo em vista que tinha o objetivo restringir os sindicatos e as políticas de esquerda (IBIDEM, 2000, 23-24). Entretanto, esse foi um fato isolado dentro do período mencionado, e o que prevaleceu foi a compreensão do comunismo como uma ameaça distante, como argumenta Motta (2000, p. 24).

A conjuntura política muda drasticamente a partir da década de 1930, com a transição, forçada, da República Velha para a Era Vargas, causada pela Revolução de 1930.

A derrubada da “República Velha” trouxe em seu bojo instabilidade, indefinições e, consequentemente, insegurança. O grupo que se congregou para tomar em armas contra o antigo sistema tinha como marca principal a heterogeneidade. No interior da ampla coalizão havia civis e militares, radicais e conservadores, liberais e antiliberais, este último grupo dividido entre esquerdistas e simpatizantes do fascismo. A orientação a ser tomada pelo novo governo não era clara e o espaço conquistado pelos defensores de propostas antiliberais gerava ansiedade nos setores conservadores da sociedade,

notadamente em parcelas do clero, da imprensa e dos grandes proprietários (IBIDEM, 2000, p. 25)

Somado a esse quadro de incerteza, houve um aumento na adesão de pessoas ao projeto comunista, considerando-o uma alternativa viável para os problemas brasileiros, e para além disso, havia a importância da figura de Luiz Carlos Prestes, que em maio de 1930, declarou seu engajamento ao marxismo-leninismo (IBIDEM, 2000, p. 26).

Na medida em que aumentou o temor ao comunismo, o campo de atuação anticomunista também se alargou. Na imprensa, o espaço dedicado ao tema foi ampliado, esmerando-se alguns veículos em encontrar argumentos para mostrar a impropriedade do comunismo. O jornalista Assis Chateaubriand, por exemplo, neste momento já dono da cadeia dos “Diários Associados”, formulou um ponto de vista curioso num de seus célebres artigos. Advertiu os leitores de que, se o comunismo fosse adotado em terras brasileiras, isto provocaria imediatamente uma invasão das potências estrangeiras, que não ficariam de braços cruzados vendo seus vultosos interesses econômicos no país serem ameaçados. Pela mesma época, a publicação de livros anticomunistas se expandiu consideravelmente, tanto no que se refere a traduções quanto a obras de escritores nacionais. No primeiro caso, temos a publicação de uma série de autores europeus, alguns já mencionados. Algumas editoras se distinguiram em traduzir para o português e, assim, popularizar livros que em alguns casos vinham circulando na edição original (IBIDEM, 2000, p. 26-27).

Neste ponto, é significativo o apelo às invasões estrangeiras como resposta à adoção do comunismo no Brasil. Entendemos que o que está na raiz dessa questão é a crença no expansionismo soviético, que na maior parte das vezes, funciona como um recurso político para justificar a manutenção de regimes repressores e antidemocráticos. Podemos enxergar também esse discurso anticomunista como um elemento da hostilidade do mundo ocidental contra a União Soviética. Miliband e Liebman (1984, p. 13), afirmam que “Essa crença soviética na existência de um mundo capitalista hostil e ameaçador é muitas vezes deplorado e ridicularizado no Ocidente como ‘neurótico, ‘patológico’ e totalmente injustificado”.

Miliband e Liebman (1984, p. 13) esclarecem que é largamente conhecido caráter repressivo da União Soviética, contudo, rechaçam a ideia de que por serem repressivos automaticamente seriam imperialistas e expansionistas.

É perfeitamente possível para um regime ser tirânico e livre de qualquer ambição imperialista. Por outro lado, o fato dos Estados Unidos ser uma

democracia capitalista, e pelos olhos de seus próprios líderes e povo uma democracia, simplesmente, facilmente gera uma ideia de que não pode ter um projeto imperialista e hegemônico. Isso também não procede. A maior parte das coisas que podem ser ditas sobre democracia capitalista no final do século 20 sobre esse quesito é que a procura por um projeto imperialista seja um pouco mais difícil do que costumava ser, por causa da oposição interna que eles criam. Infelizmente, isso não faz a busca deles impossível (IBIDEM, 1984, p. 13)

Indo neste mesmo sentido, é interessante quando Munhoz (2017, p. 458) assevera que “Nos EUA, já a partir de 1946 tornou-se evidente o abandono por parte do governo da política de apoio à expansão de regimes democráticos, logo substituída pelo suporte a regimes fortes, muitas vezes de caráter autoritário, que pudessem representar maior segurança frente à suposta ameaça comunista”.

Miliband e Liebman (1984, p. 14) citam as intervenções dos Estados Unidos na América Latina, como Guatemala e Chile, que perseguiu movimentos revolucionários ou moderados, além de desestabilizar e levar à baixo governos pluralistas e constitucionais em favor de uma junta militar que tem apoiado em nome da segurança nacional, liberdade e democracia.

E o aumento da aversão ao comunismo teve como fruto a promoção do fascismo no Brasil. “No princípio da década de 1930, o crescimento do comunismo e do temor a ele teve um desdobramento importante: contribuiu para a criação e o fortalecimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido de orientação fascista fundado em 1932 por Plínio Salgado” (MOTTA, 2000, p. 28-29). Motta (2000, p. 29) argumenta que o surgimento da AIB não tinha como foco prioritário a luta contra comunismo, mas sim uma correspondência a um contexto global de ascensão do autoritarismo e do antiliberalismo.

Motta (2000, p. 29) esclarece que “Com a falência do modelo liberal e as incertezas quanto ao futuro do Brasil, a AIB buscou canalizar a seu favor o medo crescente ao comunismo”. E foi após o episódio da Intentona Comunista, empreendida pelo PCB, que o discurso integralista assumir um teor anticomunista, se beneficiando da onda anticomunista de 1935 (IBIDEM, 2000, p. 30).

Diante dessas exposições podemos compreender o porquê de Miliband e Liebman (1984) sentirem a necessidade de dedicar seus esforços na refutação do expansionismo

da União Soviética. Pois em paralelo à essa propaganda, o mundo capitalista nutria autoritarismos, golpes e o fascismo a partir do anticomunismo.

Miliband e Liebman (1984, p. 15) ponderam que as lideranças soviéticas buscavam assegurar aliados e influência onde quer que eles pudessem, e que consideravam o estabelecimento de regimes revolucionários uma vantagem, sendo eles autoproclamados “Marxistas-Leninistas” ou não.

A principal razão para isso é clara, e já foi sugerido anteriormente, a saber, todos esses regimes revolucionários, quaisquer que sejam suas disposições ideológicas, tinham como principal objetivo remover seus países da esfera de influência americana, descrevendo de modo mais apropriado, para muitos países, como esfera de dominação americana. Inevitavelmente, qualquer enfraquecimento do poder global americano era enxergado como ganho líquido pelos líderes soviéticos (IBIDEM, 1984, p. 15).

Desse modo, Miliband e Liebman (1984, p. 15) são contundentes quando pontuam que “Sob esse enfoque, é perfeitamente verdadeiro que a existência da União Soviética e sua presença ativa no cenário internacional é ou pode ser ‘subversivo’, e isso é contrário aos propósitos antirrevolucionários dos Estados Unidos e seus aliados”.

É uma ilusão ingênua dos mais primitivos devotos do anticomunismo que todos os movimentos revolucionários cessariam, ou poderiam cessar de serem revolucionários, se a União Soviética não exercitasse sua sinistra influência no mundo. Mas é verdade que tais movimentos seriam, falando de modo genérico, mais fáceis de lidar se a União Soviética não existisse ou de alguma maneira pudesse ser impedida de estender qualquer ajuda aos movimentos revolucionários. Pelo menos nesse sentido, e a partir da perspectiva conservadora, o anticomunismo tem um ponto (IBIDEM, 1984, p. 15).

E haveria ainda outra instância do anticomunismo que justifica a ideia do expansionismo soviético, de que os líderes soviéticos seriam compelidos pelo proselitismo ideológico, e que eles não descansariam até todo o mundo fosse marxista-leninista, pela força se necessário (IBIDEM, 1984, p. 16). Para Miliband e Liebman (1984, p. 16) a realidade não ampara esse ponto de vista, pois os soviéticos eram muito mais pragmáticos, haja vista que a aprovação da URSS a movimentos revolucionários não era baseada no zelo ideológico, mas se esses movimentos sinalizariam más relações com os EUA. Por isso que se defende que o “Marxismo-Leninismo pode sustentar os

líderes Soviéticos, assim como ‘democracia’ ou ‘liberdade’ ou seja lá o que for sustenta os líderes Ocidentais” (IBIDEM, 1984, p. 17).

2.2 Caracterização do Anticomunismo

Até o presente momento abordamos o anticomunismo levando em conta o movimento dos fatos históricos, desde a Revolução Bolchevique até a Guerra Fria, e no Brasil fizemos um recorte específico da Era Vargas, pois a partir da bibliografia utilizada em nossa pesquisa, julgamos se tratar da gestação e da idade inicial do anticomunismo no Brasil. Para Motta (2000), houveram duas grandes ‘ondas anticomunistas’ no Brasil, de 1935 a 1937, na Era Vargas, e depois de 1961 a 1964, que vai da crise no governo do presidente João Goulart até o golpe e instalação da ditadura militar, que na escala global estava articulado com a Guerra Fria e o código geopolítico estadunidense para a América Latina na contenção do comunismo.

Agora conduziremos a reflexão sobre o anticomunismo pela sua caracterização. Duas referências que utilizando anteriormente com bastante frequência serão nossa base, e são Miliband e Liebman (1984) e Motta (2000). Os primeiros vão apontar que existem posições anticomunistas distintas, e elas são três: absolutista, conservadora e social democrata. Motta (2000) vai por um caminho distinto, pois ele não aborda o anticomunismo do ponto de vista genérico, seu recorte é o anticomunismo brasileiro. O foco do autor são as matrizes do anticomunismo no Brasil, que seriam o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo.

Acerca da diversidade de concepções do anticomunismo, Miliband e Liebman (1984, p. 17) ponderam que “Nós temos nos referido ao anticomunismo como se houvesse apenas uma versão dele. Na verdade, existem muitas; e seria útil apontar as distintas posições, ênfases e nuances dentro da mesma estrutura do anticomunismo”.

A primeira posição anticomunista seria a absolutista, aquela que expressaria “[...] o total, não qualificado e veemente rejeição do 'comunismo' como a incorporação do mal, da obra de Satã, o produto dos impulsos mais sombrios e sinistros do espírito humano, a negação da civilização e iluminação, e muito mais do tipo” (IBIDEM, 1984, p. 17). Esse anticomunismo é manifesto de modo moralista, com conotação religiosa e identifica a URSS como a principal fonte de disseminação do mal, portanto, seu desaparecimento seria uma condição para a salvação humana (IBIDEM, 1984, p. 17).

Os autores destacam, de forma irônica, que “A beleza dessa postura é que ele admite e de fato convida a todo tipo de hipérbole e não requer validação por meio de evidências, análise ou qualquer outra motivação. Basta que seja expresso, de preferência em uma retórica adequadamente exaltada” (IBIDEM, 1984, p. 17-18).

Essa posição absolutista é mantida por pessoas muito diversas, desde anticomunistas primitivos da Sociedade John Birch⁷ e outras organizações de extrema direita nos Estados Unidos e outros países capitalistas, até sofisticados intelectuais americanos e europeus, muitos deles ex-stalinistas, ex-maoístas, antigos ou pretensos revolucionários de um jeito ou de outro da extrema esquerda, que agora trazem para o seu presente compromissos do mesmo desenfreado e apocalíptico ardor que eles levaram antigamente. Suas fileiras são constantemente adicionadas de emigrantes soviéticos e leste-europeus cuja amargura e ódio compreensíveis trazem considerável suporte a esse setor do campo anticomunista (IBIDEM, 1984, p. 18).

Miliband e Liebman (1984, p. 18) consideram que embora essa posição anticomunista tenha fortes ressonâncias políticas, os conservadores ocidentais não a adotam tão apressadamente, a não ser que seja para fins de guerra ideológica. A partir dessa colocação os autores apresentam a posição anticomunista, com o adendo de que os conservadores não são menos anticomunistas que a ultra direita absolutista, mas a sua luta com a União Soviética é dirigida em termos mais realistas e menos inflamados (IBIDEM, 1984, p. 18). A posição anticomunista conservadora varia no que se refere à estratégia política:

Uma gama de posições é encontrada aqui, todos seus ocupantes querem alcançar a contenção dos movimentos revolucionários em todo lugar, e o corte ou paralisação da ajuda soviética a esses movimentos. Em uma extremidade desse espectro conservador, há a espreita da esperança - até mesmo a crença - que um pouco mais de contenção pode eventualmente se tornar possível, e que o comunismo pode ser rolado para trás em uma série de países onde prevaleceu, e até mesmo isso pode ser possível na própria União Soviética. No outro extremo do espectro, o espectro 'liberal', existe a crença, totalmente justificada, que tal aspiração pode gerar políticas e ações que fariam guerra; até incluindo a guerra nuclear, mais do que menos provável, e também tem nesse extremo a esperança de que a União Soviética possa ser induzida a desempenhar um

⁷ Grupo político de direita anticomunista fundado em 1958 em homenagem ao oficial de inteligência e missionário batista, John Birch.

papel moderado (e moderador) no mundo, nos termos que podem ser vantajosos economicamente e politicamente para isso (IBIDEM, 1984, p. 18).

Havia também uma posição anticomunista social democrata que existiu desde os primeiros dias da Revolução Bolchevique que provocou grandes consequências políticas. Esse anticomunismo de 'esquerda' pode ser compreendido com suporte nas profundas divisões no interior do movimento trabalhista (IBIDEM, 1984, p. 19). Divergências com o campo comunista foram determinantes para o estabelecimento do anticomunismo social democrata, já que “a natureza repressiva do regime soviético, combinado com os ataques comunistas aos líderes social democratas, serviu para reforçar nesses líderes a tendência de que já estavam bem desenvolvidos rumo a um 'socialismo' que não representava nenhuma ameaça à ordem estabelecida.” (IBIDEM, 1984, p. 19).

É interessante observar, como Miliband e Liebman (1984, p. 19) nos mostram, o “Anticomunismo foi o maior fator da inserção dos movimentos sociais democratas na ordem estabelecida, e forneceu uma poderosa base ideológica de concordância entre os líderes sociais democratas e seus oponentes conservadores”. Entretanto, é necessário ressaltar que:

Isto é, no entanto, para as forças conservadoras nos países capitalistas o anticomunismo tem sido o maior valor nas suas lutas contra toda a esquerda, incluindo a social democracia. Isso tem sido de fato sua principal arma: em nenhuma eleição legislativa ou presidencial em um regime democrático capitalista desde 1918 (isso sem falar das 'eleições' nos países capitalistas autoritários) os conservadores falharam em explorar a ameaça comunista e soviética, embora o 'comunismo' tenha sido no geral totalmente irrelevante nas questões em disputa, com comunista muitas vezes, como nos Estados Unidos, virtualmente ou totalmente ausentes da cena. Uma vez que 'comunismo' pode ser transformado em questão, ainda que implausivelmente, o argumento poderia ser deixado de lado e as injúrias e as denúncias poderiam assumir, e serem direcionadas contra qualquer um que não concorde totalmente com os princípios básicos do anticomunismo, ou com quaisquer noções e políticas que os anticomunistas escolheram propor (IBIDEM, 1984, p. 18).

Portanto, podemos concluir que embora houvesse um anticomunismo social democrata, a posição com maior força política nos países capitalistas ocidentais era a conservadora, que sempre manobrou o anticomunismo favoravelmente aos seus projetos eleitorais.

Trazendo esse debate sobre a heterogeneidade do anticomunismo para o Brasil, Rodrigo Patto Sá Motta (2000) vai abordar a fundamentação doutrinária do anticomunismo trabalhando com a ideia de fontes matriciais “O anticomunismo é, antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade” (MOTTA, 2000, p. 32).

Motta (2000, p. 33-34) também identifica uma postura anticomunista de esquerda, contudo, sua ação era mais focada na crítica dos aspectos repressivos e autoritários da URSS e menos no combate ao comunismo, pelo contrário, tendeu mais para a cooperação com os comunistas. Dessa forma, ele assevera que “Especialmente após o Estado Novo, o anticomunismo ficou marcado como doutrina típica de grupos reacionários e conservadores, o que criava um ônus político para quem assumisse o rótulo” (IBIDEM, 2000, p. 34).

Partindo para a análise das fontes ideológicas do anticomunismo, Motta (2000, p. 35) considera que as representações anticomunistas derivam de três matrizes básicas: catolicismo, nacionalismo e liberalismo.

Para Motta (2000, p. 35) “A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX”. Para uma instituição habituada ao desafio e “vítima” da perseguição dos adversários de Deus, a ação dos revolucionários comunistas significava a continuação da Reforma, cujo intuito era a destruição da verdadeira Igreja e a ordem social resultante de seus ensinamentos (IBIDEM, 2000, p. 36). O comunismo não só questionava os fundamentos das instituições religiosas, ele propunha uma moral que concorria com a moral cristã.

A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele constituía numa filosofia, um sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação pelo mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral (IBIDEM, 2000, p. 38).

A Revolução Bolchevique intensificou os temores e a disposição anticomunista da Igreja Católica, mas foi nos anos de 1930, com a Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939) que o ápice do anticomunismo católico é alcançado, pois no Brasil, um ano antes do início

da guerra, ocorre o levante de 1935, e todos esses fatos juntos fizeram com que a Igreja elevasse o tom da sua ofensiva contra o comunismo (IBIDEM, 2000, p. 39-40). A partir daí, “Estabeleceu-se uma percepção maniqueísta da realidade, segundo a qual o mundo estaria vivendo um momento marcado pela luta irreconciliável entre duas forças opostas, bem e mal, Cristo *versus* Anticristo, Roma *versus* Moscou” (IBIDEM, 2000, p. 40).

Motta (2000, p. 40) pontua que neste contexto a Igreja Católica emite, até então, seu pronunciamento mais contundente contra o comunismo, a Encíclica *Divinis Redemptoris*, editada pelo Papa Pio XI, em março de 1937. A ênfase dada no combate ao inimigo marca a formulação do comunismo como “intrinsecamente mau” (IBIDEM, 2000, p. 41). Até então, a luta era com inimigos externos, alheios ao quadro sacerdotal da Igreja, contudo, na década de 1960, se intensifica a visão de que o comunismo era uma ameaça interna diante do fenômeno da esquerda católica e progressista, o que posteriormente passou a ser tratado como infiltração comunista (IBIDEM, 2000, p. 43).

A atuação anticomunista da Igreja Católica foi consistente ao longo das décadas e se valeu de diversas frentes. Para além da Encíclica, que pode ser considerada como uma voz suprema da instituição, já que provinha do próprio Papa, Motta (2000, p. 43) chama à atenção para o papel do episcopado nacional, que através das Cartas Pastorais (ano), destinadas às dioceses, traduzia para o contexto nacional as diretrizes de Roma, tornando-se um dos principais instrumentos oficiais da Igreja de enfrentamento ao comunismo no Brasil.

A influência do clero sobre a população não se sustentava somente nas Cartas Pastorais, havia também o recurso da notoriedade da Igreja como uma instituição excessivamente influente no cenário nacional.

O prestígio social desfrutado pela Igreja, que se traduzia em poder, abria-lhe acesso privilegiado aos meios de comunicação de massa, jornais, rádio e televisão. Por exemplo, havia um programa de rádio transmitido nos anos 60, chamado “Voz do Pastor”, que consistia basicamente na alocação radiofônica de mensagens elaboradas por elementos do alto clero. Inúmeras vezes o espaço foi utilizado para propagar o anticomunismo (IBIDEM, 2000, p. 47-48).

Neste sentido, é possível imaginar numa atuação anticomunista católica com grande capilaridade em diversos setores da sociedade e com o governo, não é por acaso que os Círculos Operários, uma organização católica que visava “conter” o comunismo no seio da classe trabalhadora, criado em 1932, em 1945 possuía 200.000 inscritos em 200 círculos pelo território nacional (IBIDEM, 2000, p. 47).

Por fim, a Igreja Católica também atuou nas disputas eleitorais, empenhada na derrota de candidatos comunistas. Entre os anos 1945 e 1964 se envolveu fervorosamente no pleito aos cargos legislativos, e chegou a eleger Padre Calazans para o Senado de São Paulo em 1958, e em 1962 criou a entidade suprapartidária chamada Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF), para reunir candidatos religiosos vinculados ao anticomunismo (IBIDEM, 2000, p. 48-49).

Podemos observar que a Igreja Católica representou um papel marcante na vanguarda do anticomunismo brasileiro, representando um grave obstáculo ao comunismo no país. Seu desempenho não foi fruto exclusivo da sua autoridade perante a sociedade e sua relação com o Estado, ele também foi resultado de uma atuação com forte aderência às crenças fundamentais do anticomunismo, particularmente à sua interpretação como o mau em si e sua “concorrência” enquanto filosofia desafiante da doutrina católica.

Ao se referir ao nacionalismo como uma das matrizes do anticomunismo, Motta (2000, p. 49) nos acautela que “Neste caso, há necessidade de cuidado ao utilizar o termo, de vez que ‘nacionalismo’ adquiriu significados distintos ao longo do período contemporâneo, sendo reclamado por grupos defensores de projetos políticos divergentes, ligados tanto à direita quanto à esquerda”.

O nacionalismo que serviu de inspiração aos anticomunistas tem origem remota em modelos conservadores elaborados no século XIX, principalmente associados ao romantismo alemão. Tal vertente do nacionalismo, que também foi influenciada pelo corporativismo, encontrava seu fundamento central na visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social. Esse nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem. A nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado. Neste sentido, os comunistas seriam elementos “deletérios”, pois instigavam a divisão e a própria destruição do “corpo” nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes (IBIDEM, 2000, p. 50).

Neste sentido, é compreensível que o nacionalismo conservador seja anticomunista, pois partiam do entendimento que os comunistas eram inimigos da nação. A aversão à atuação política comunista era fundamentada em dois princípios básicos, o primeiro é que o comunismo incentivava a divisão através da luta de classes, e em segundo lugar, os comunistas eram vistos como o inimigo que ameaçava a integridade nacional (IBIDEM, 2000, p. 50-51).

Havia também outra questão que consistiam em eram razões suficientes para a oposição entre essas duas orientações políticas, já que “Para os nacionalistas, o discurso internacionalista dos comunistas e sua vinculação ao Estado soviético eram atitudes inaceitáveis” (IBIDEM, 2000, p. 5). Sendo assim, como nos diz Motta (2000, p. 52), “Os comunistas seriam, assim, agentes de uma potência estrangeira, a URSS, sua pátria real, o que os tornava traidores do Brasil”.

A partir da década de 1920 até 1980, a propaganda anticomunista explorou essa temática frequentemente, acusando os comunistas de tentar destruir a pátria e entregá-la a vontade da União Soviética (IBIDEM, 2000, p. 52).

A questão do caráter alienígena do comunismo vai muito além dos aspectos do seu programa revolucionário. Motta (2000, p. 54) explica que o fluxo migratório da Europa para o Brasil, nas primeiras décadas do século vinte, foi responsável pela chegada ao solo brasileiro de comunistas que traziam para cá o comunismo. “A prevenção contra estrangeiros, que como se vê chegava às raias da xenofobia, foi mais típica dos anos 30 e 40, tendo declinado depois. A razão é que naquele período a onda anticomunista coincidiu com a ocorrência de uma forte corrente imigratória” (IBIDEM, 2000, p. 54).

É notório como o nacionalismo se articula com o anticomunismo no cenário político nacional em períodos diferentes, porém tendo como referência a promoção a da ideia de que superioridade da união da nação sobre todas as demais coisas.

A existência de fortes vínculos unindo nacionalismo (patriotismo) a anticomunismo pode ser observada nas políticas adotadas pelos regimes originados das duas mais importantes ofensivas anticomunistas: Estado Novo e Regime Militar. Ambos empenharam-se vigorosamente em campanhas de valorização dos ideais cívicos e patrióticos, e estimularam o culto aos símbolos, datas e heróis nacionais, para tanto lançando mão de reformas educacionais e construção de monumentos, entre outras estratégias. A intenção, obviamente, era esvaziar o discurso comunista, promovendo a idéia de que a união da nação estava acima de qualquer consideração, fossem conflitos sociais ou interesses econômicos (IBIDEM, 2000, p. 58).

Sobre os agentes do nacionalismo anticomunista, Motta (2000, p. 58), evidencia que “Os militares foram o grupo social mais receptivo às propostas de mobilização contra o comunismo, em defesa da pátria e da nação”. Além dos militares, a AIB também é citada por Motta (2000, p. 58) como sensível ao tema e tinham o nacionalismo como sua

principal bandeira. Contudo, são as Forças Armadas que ganham evidência no Brasil como principais expoentes do nacionalismo anticomunista.

O destaque alcançado pelos membros das Forças Armadas no campo do nacionalismo anticomunista é explicado por características peculiares à instituição. Nos meios militares havia já uma tendência natural a respeitar o status quo e refutar os projetos revolucionários, fruto de seu papel constitucional de garantidores da ordem. Eles eram preparados para defender as instituições constituídas contra tentativas de ruptura revolucionária e daí era natural que encarassem o comunismo como ameaça. Na qualidade de defensores da ordem também consideravam seu papel preservar a integridade nacional, e neste sentido a proposta comunista soava ofensiva por enfatizar e estimular o antagonismo entre os grupos sociais. Outro aspecto significativo é que os militares tinham um profundo respeito pela noção de hierarquia e um forte “espírito de corpo”, o que os levava a temer as conseqüências de uma revolução para a estrutura das Forças Armadas (IBIDEM, 2000, p. 59).

Por conseguinte, podemos concluir que o nacionalismo foi uma orientação política que intensificou na campanha anticomunista no Brasil o viés de luta contra ameaça externa, e que por isso, os militares representaram seu “braço forte, mão amiga”.

A terceira e última matriz ideológica do anticomunismo analisada por Motta (2000) é o liberalismo. O autor quando se refere ao liberalismo, ele está partindo de uma consideração ampla, abarcando o liberalismo político e econômico, pois essa concepção ajuda a compreender a recusa liberal ao comunismo “[...] por entender que ele atentava contra os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade, na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava” (IBIDEM, 2000, p. 60).

Motta (2000, p. 60) começa sua análise abordando a dimensão política do liberalismo, tratando de explicar as relações entre liberalismo e democracia no discurso anticomunista:

No discurso anticomunista é freqüente a associação (e a confusão) entre os dois elementos, apresentando-se os Estados comunistas como antítese da liberdade e da democracia. Com efeito, as propostas democráticas modernas têm como base a pregação liberal clássica. Mas o liberalismo político foi enriquecido, ao longo do século XIX, a partir de críticas provenientes do pensamento radical e reformista, que enfatizava a necessidade de estender os direitos políticos a todos segmentos sociais, rompendo o elitismo da proposta liberal, que originalmente não previa a participação dos grupos sociais subalternos. Deste

processo resultou a liberal-democracia, fundamento ideológico e institucional dos Estados democráticos do século XX (IBIDEM, 2000, p. 60).

Contudo, essa trajetória teórica liberal-democrática pouco influenciou o liberalismo no Brasil, isso porque “No caso brasileiro, o anticomunismo liberal e liberal-democrático não primou pela pujança, nem pela coerência. Predominou uma retórica liberal pouco preocupada com as práticas democráticas, mais afinada com a afirmação da liberdade no sentido negativo que positivo” (IBIDEM, 2000, p. 61).

Motta (2000, p. 61) observa que a crítica anticomunista liberal se limitava a elaborações simplórias, repetindo com frequência chavões sobre a ditadura da União Soviética. O quadro particular da política brasileira tem forte influência nessa matriz ideológica, visto que “A fragilidade do anticomunismo liberal está diretamente relacionada à tradição autoritária brasileira e à dinâmica política da história republicana. O tema da fragilidade constituiu-se em ponto delicado no interior do anticomunismo, pois durante boa parte do período em foco o país foi governado por regimes autoritários” (IBIDEM, 2000, p. 61).

Contudo, o liberalismo atravessou períodos de queda e ascensão em contextos históricos específicos e que, por sua vez, afetou sobremaneira a atividade anticomunista liberal. Na década de 1930 os valores liberais e democráticos entram em crise, justamente pela rarefação de regimes democráticos e o apelo aos regimes fortes (autoritários) para lidar com o perigo comunista (IBIDEM, 2000, p. 61-62). Somente após a Segunda Guerra Mundial que o liberalismo-democrático é conduzido ao centro dos debates políticos, e também da ação anticomunista, sobretudo porque a noção de regimes fortes passou a ser relacionada ao nazismo e ao fascismo (IBIDEM, 2000, p. 62).

Especialmente nos anos que precederam o golpe de 1964, os anticomunistas exploraram bastante o argumento, procurando estabelecer uma contraposição democracia *versus* comunismo. Não apenas denunciaram os riscos que a democracia estaria correndo [...] mas estenderam o rótulo de “democratas” a todos os grupos anticomunistas. Os líderes que disputavam com os comunistas o controle das entidades estudantis eram “estudantes, democratas” os sindicalistas de orientação anticomunista eram dirigentes de “sindicatos democratas” e assim por diante (IBIDEM, 2000, p. 63).

A retomada do discurso democrático dos anticomunistas liberais não estava limitada apenas à correlação de forças políticas na conjuntura nacional, “A ênfase na

retórica democrática correspondia também a uma estratégia de alinhamento internacional. No bojo da Guerra Fria, o bloco anticomunista era capitaneado pelos EUA, nação tradicionalmente comprometida com valores democráticos” (IBIDEM, 2000, p. 63).

Partindo para a dimensão econômica do liberalismo anticomunista, “O argumento central é que a propriedade é um direito individual inalienável, sagrado para os mais enfáticos, e integrante do rol de liberdades fundamentais” (IBIDEM, 2000, p. 64).

Na década de 1930, segundo Motta (2000, p. 64), haviam liberais que pautavam sua ofensiva contra o comunismo na crítica à organização econômica soviética, alegando a superioridade do regime de livre iniciativa. Ainda que, “De qualquer modo, críticas à economia soviética não eram freqüentes, provavelmente porque até a década de 60 os indicadores demonstravam altas taxas de crescimento no ‘socialismo real’” (IBIDEM, 2000, p. 65).

Para Motta (2000, p. 65) as críticas à economia soviética, num contexto de altas taxas de crescimento, davam relevo à inconsistência e incoerência do liberalismo, em que pese sua contribuição à fundamentação doutrinária do anticomunismo.

Havia uma questão polêmica que envolvia o empresariado, o grupo social alinhado ideologicamente ao anticomunismo liberal. “O empresariado, grupo que supostamente deveria apresentar um grande empenho na afirmação da doutrina liberal em contraposição aos projetos revolucionários, era muitas vezes acusado de omissão pelos anticomunistas” (IBIDEM, 2000, p. 65). A título de ilustração desse assunto, o autor cita um relato de Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas, sobre um encontro de seu pai com líderes empresariais, “Getúlio Vargas disse-lhes que a concessão de benefícios trabalhistas era mecanismo importante no combate aos revolucionários e pediu colaboração para implantar reformas sociais. O desinteresse de seus interlocutores causou ‘náuseas’ no presidente, que teria comentado: ‘Estou tentando salvar esses burgueses burros e eles não entendem’” (IBIDEM, 2000, p. 66).

Contudo, Motta (2000, p. 66) aplaca a intensidade dos argumentos contrários à classe empresarial na campanha anticomunista, particularmente por levar em conta o envolvimento desse grupo na crise de 1964, e também por entender que não se pode menosprezar o ímpeto anticomunista das classes proprietárias, ainda que os clérigos e os militares fossem muito mais ativos.

Conclui-se que o anticomunismo, seja ele considerado como ideia ou como prática política, possui forte adesão dos segmentos sociais comprometidos com a manutenção do *status quo*. Se considerarmos a atuação dos países capitalistas ocidentais, especialmente

os EUA, na difusão do anticomunismo e na influência nas políticas nacionais dos países inseridos em sua esfera de dominação, é possível falarmos de uma geopolítica do anticomunismo, onde o conceito de códigos geopolíticos nos auxilia na compreensão de suas hierarquias. E por fim, é notório que o anticomunismo é uma ferramenta política potente para desbaratar oposições moderadas ou comunistas em contextos eleitorais acirrados, e além disso, o anticomunismo não é só uma ferramenta dos conservadores e liberais, é também de lideranças políticas antidemocráticas, autoritárias e com anseios ditatoriais.

CAPÍTULO 3

ANTICOMUNISMO: O CÓDIGO GEOPOLÍTICO BOLSONARISTA

O presente capítulo terá como objetivo apresentar os elementos empíricos que fundamentam nossa análise sobre como o anticomunismo foi operado enquanto um código geopolítico no governo Bolsonaro (2019-2022). o nosso material empírico é constituído por publicações na plataforma X⁸, matérias de jornais eletrônicos, discursos e comunicado oficiais do governo.

A diversidade dos meios que serão analisados se justifica por compreendermos que a limitação a um único recurso tenderia a restringir também o universo empírico de nossa pesquisa, por isso buscamos diversificar os veículos de informação pesquisados para dar maior amplitude ao fenômeno em questão.

É importante destacar que o levantamento das informações referentes ao nosso empírico ser baseado, em boa parte, em publicações na rede social X se dá não só por ser uma das principais plataformas da campanha eleitoral de Bolsonaro, mas, principalmente, por ser o veículo de comunicação que ganhou notoriedade com as postagens do próprio

⁸ A rede social Twitter foi adquirida pelo empresário Elon Musk em outubro de 2022 pelo valor de 44 bilhões de dólares. Fonte: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2024/01/02/x-ex-twitter-hoje-vale- apenas-um-terco-do-que-clon-musk-pagou-pela-plataforma.gh.html>. Acesso: 15/04/2024.

presidente, do seu filho, Eduardo Bolsonaro, e os ex-ministros das Relações Exteriores e da Educação, Ernesto Araújo e Abraham Weintraub, que nos trazem elementos importantes para nossa pesquisa.

Sendo assim, procederemos com essa etapa da investigação reproduzindo parcial ou integralmente os meios levantados e analisando-os com o apoio teórico dos seguintes autores: Alves (2004), Cowen e Smith (2009), Freitas, Fornari e Hammes (2021), Machado (2021), Machado e Colevatti (2021), Martin (2018), Menezes (2019), Puglia (2019), Reis (2020), Ribeiro (2020; 2022), Teitelbaum (2020) e Thomas, Vigevani e Ferreira (2021).

O presente capítulo será organizado em duas seções, a primeira será focada nos níveis local e regional do código geopolítico bolsonarista e a segunda no nível global, conforme o raciocínio de Taylor e Flint (2018, p. 52). Antes de seguir neste caminho, defendemos que o anticomunismo é um código geopolítico do governo Bolsonaro, pois interpretamos esse conceito como premissas sobre interesses nacionais e ameaças potenciais (GADDIS, 2005, p. 9), ou a maneira que um país se orienta para o mundo (FLINT, 2012, p. 43). Sendo assim, pode-se dizer que essa concepção abarca tanto políticas que interferem diretamente nos territórios, como também os discursos sobre os territórios. No caso particular da nossa pesquisa, concebemos o anticomunismo bolsonarista como um código geopolítico que orientou o Brasil na bússola geopolítica da direita nacional, regional e global, arrolando uma série de significados sobre o mundo na disputa político-ideológica entre as grandes potências deste século e seus respectivos aliados.

Na primeira sessão, intitulada “Bolsonarismo e a Geopolítica da Direita Populista”, exploraremos a relação do bolsonarismo com o movimento mundial de ascensão da extrema-direita; a segunda sessão, com o título “Nossa bandeira jamais será vermelha!”, será abordado como o anticomunismo foi operado enquanto um código geopolítico local e regional, colocando em perspectiva alguns aspectos da política interna e externa de Bolsonaro; na terceira e última sessão com o título “A Culpa é da China!”, investigaremos como o anticomunismo se articulou ao código geopolítico global do presidente estadunidense Donald Trump e a relação do governo Bolsonaro com a China.

3.1 Bolsonarismo e a Geopolítica da Direita Populista

No começo de 2019 Eduardo Bolsonaro foi nomeado embaixador sul-americano do “*The Movement*”⁹, organização política sediada em Bruxelas e criada por Steve Bannon (71 anos), com o propósito de promover grupos nacionalistas e da direita populista na Europa¹⁰. Esse fato endossa a afirmação do historiador Daniel Aarão Reis, em seu artigo “Notas para compreensão do bolsonarismo” (2020), de que “O bolsonarismo é a expressão brasileira de um movimento de reação internacional às mudanças promovidas pela grande revolução digital ou informática” (REIS, 2020, p. 8).

Não temos a intenção de discorrer sobre as supostas ameaças a tradição, valores e costumes, mas sim, sinalizar que o bolsonarismo inscreve-se num espectro amplo de atuação da direita populista no mundo, possuindo rede, métodos de atuação e ideólogos articulados em diversas regiões do mundo, nos permitindo sustentar que há uma geopolítica da direita populista.

Reis (2020, p. 4) propõe que para compreender o fenômeno do bolsonarismo é necessário entrelaçar as tradições autoritárias da história da sociedade brasileira, a conjuntura que marca o período de 1988 a 2018 e o contexto da vitória de Jair Bolsonaro na eleição de 2018. Destacamos em particular a eleição que resultou na ascensão do Bolsonarismo por suscitar questões que remetem a uma agenda internacional da direita populista.

O etnógrafo e comentarista Benjamin Teitelbaum, no livro “Guerra Pela Eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista” (2020), atribui a dois pensadores e ativistas a ascensão de uma série de líderes da direita populista pelo mundo, a saber: o estadunidense Steve Bannon e o russo Aleksandr Dugin. Sendo o primeiro, o estrategista da campanha de Donald Trump de 2017 e o último, o conselheiro geopolítico do presidente da Rússia, Vladimir Putin (2000-2008 e 2012-atual).

Sobre a atividade política de Bannon e Dugin, Teitelbaum pondera que “Os dois exerciam um poder suave, tentando exercer influência por meio da cultura e do intelectualismo. Seus objetivos comuns era a redução da imigração e a destruição da União Europeia” (TEITELBAUM, 2020, p. 57). O tema da destruição está ligado a uma perspectiva muito mais profunda do que tão somente uma figura de linguagem, ela está associada à escola espiritual e filosófica Tradicionalista, idealizado pelo francês René Guénon (1886-1951), que se reverteu ao Islã e passou a se chamar Abd al-Wahid Yahya,

⁹ Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acesso: 13/04/2024.

¹⁰ Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/The_Movement_\(right-wing_populist_group\)](https://en.wikipedia.org/wiki/The_Movement_(right-wing_populist_group)). Acesso: 13/04/2024.

que inspira e fundamenta a estratégia política de Bannon e Dugin na pauta nacionalista anti-imigração (IBIDEM, 2020, 18)

O geógrafo Guilherme Ribeiro, em “Metapolítica do Bolsonarismo: considerações sobre o *modus operandi* da extrema-direita brasileira” (2022), determina que “Em linhas gerais, podemos definir o tradicionalismo como uma recusa à modernidade, à globalização e aos valores ditos universais” (2022, p. 75-76). Os Tradicionalistas se opõem à modernidade por significar o recuo da religião em favor da razão, significando o enfraquecimento do interesse em coisas que não são matematizadas e quantificadas, envolvendo cada vez a organização das massas em prol de uma mobilização das nações e do colonialismo, da produção industrial e do consumo (TEITELBAUM, 2020, p. 20).

Ribeiro (2022, p. 75) destaca que a sensação de pouco rigor intelectual e mesmo de charlatanismo são inevitáveis diante do esforço de tentar buscar coerência e bom senso nos princípios do Tradicionalismo. O próprio Teitelbaum destaca as incoerências que envolvem a dita filosofia “É anticapitalista, por exemplo, e pode ser anticristão. Condena o Estado-nação como uma construção modernista e admira aspectos do islã e o Oriente em geral. Isso tem cara de direita? ” (TEITELBAUM, 2020, p. 20)

Independentemente disso, o Tradicionalismo oferece um relato da história e da sociedade que aborda uma série de ideais e movimentos modernos, e que consegue operar dentro das instituições de política democrática contemporânea (IBIDEM, 2020, p. 24). Uma das diferenças na atividade política de Bannon e Dugin é que o primeiro se volta para causas e partidos mais moderados, enquanto que o segundo foca nas alas mais radicais, o que subentende métodos distintos (IBIDEM, 2020, p. 58).

Dado o objeto da nossa pesquisa, daremos destaque a Bannon por sua relação tanto com a família Bolsonaro, quanto com Olavo de Carvalho, e principalmente pela sua atuação na campanha presidencial de 2018 (Figuras 1, 2 e 3).



Fig. 1. Eduardo Bolsonaro e Steve Bannon

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/17/bannon-reuniu-se-com-eduardo-bolsonaro-e-vai-colocar-a-mao-na-massa-em-2022-diz-colunista>

Bannon, ao contrário de Dugin, promovia o nacionalismo europeu através de campanhas sofisticadas na mídia, e pode conta com o apoio dos milionários Robert Mercer e Rebekah Mercer para investir 20 milhões de dólares no Laboratório de Comunicação Estratégica e criou, em 2013, uma empresa subsidiária ligada aos EUA com sede em Londres chamada Cambridge Analytica (IBIDEM, 2020, p. 61).



Fig. 2. O ex-presidente Jair Bolsonaro cumprimentando o financista Gerald Brant, ao lado de Steve Bannon.

Fonte: <https://www.estadao.com.br/internacional/como-familia-bolsonaro-se-aproximou-de-steve-bannon/>

Eles desenvolviam técnicas para coletar uma quantidade surpreendente de dados sobre centenas de milhares de cidadãos, e seu alvo inicial eram os americanos. Usavam o Facebook e os dados do censo para obter informações sobre a situação financeira dos eleitores, suas tendências políticas e seus gostos culturais. Em posse de tais dados, podiam então classificar os perfis dos eleitores e testar métodos para encorajar e desencorajar pessoas para participar das eleições – ora direcionando propagandas específicas a determinados grupos de indivíduos, ora manipulando-os por meio de enquetes interativas enviesadas (IBIDEM, 2020, p. 61)

A matéria publicada em outubro de 2018 na Carta Capital “As pistas do método ‘Cambridge Analytica’ na campanha de Bolsonaro” menciona o roubo de dados de mais 400 mil usuários do Facebook através de um ataque hacker que ocorreu entre os dias 14 e 25 de setembro daquele ano, e foi justamente depois desse período que a evolução de Bolsonaro mudou de patamar¹¹.

Teitelbaum (2020, p. 63) esclarece que em outubro de 2018 a organização Leave.EU, a principal organização da campanha de saída do Reino Unido da união Europeia (Brexit) procurou a Cambridge Analytica, com o interesse de arrecadar mais fundos e análise de dados para o referendo do Brexit. “A empresa contratada, em troca,

¹¹ Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/as-pistas-do-metodo-201ccambridge-analytica201d-na-campanha-de-bolsonaro/>. Acesso: 14/04/2024.

procuraria atingir um seletivo grupo de eleitores no Reino Unido com anúncios vistos 169 milhões de vezes durante os dias finais da campanha do Brexit” (IBIDEM, 2020, p. 63). O resultado a atuação da Cambridge Analytica no Brexit foi a vitória, assim como no resultado das eleições de Trump (2016)¹² e Bolsonaro (2018), que seguiram as mesmas estratégias verbais e operacionais.



Fig. 3. Olavo de Carvalho com Steve Bannon.

Fonte: <https://www.estadao.com.br/politica/um-jantar-com-steve-bannon-e-olavo-de-carvalho/>

Ribeiro (2022, p. 77-78) ao se referir à metapolítica como o conceito estratégico idealizado por Bannon e aplicado na eleição de Trump, estabelece uma semelhança curiosa com o governo Bolsonaro, assim como sua candidatura. Em fevereiro de 2019 em entrevista ao Estadão, Bannon havia declarado que o futuro da política é o populismo e que Bolsonaro seria a oportunidade para difundir o movimento na América do Sul¹³.

A metapolítica se expressa de duas formas possíveis, a primeira com o propósito de cultivar solidariedade política com a população enfatizando o alcance da mensagem, a segunda pressupõe a formação de uma sociedade paralela dentro de uma sociedade,

¹² Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/02/internacional/1525285885_691249.html. Acesso: 15/04/2024.

¹³ Fonte: <https://www.estadao.com.br/internacional/como-familia-bolsonaro-se-aproximou-de-steve-bannon/>. Acesso: 15/04/2024.

objetivando lutar pelo poder, e essas duas formas são adotadas por Stevie Bannon (TEITELBAUM, 2020, p. 63). A metapolítica seria a “(...)manipulação dos valores culturais, educacionais e religiosos como artifícios de campanha política” (RIBEIRO, 2022, p. 77).

Diante desse quadro em que atores políticos e seus métodos originais se articulam em diversas escalas para um movimento global de ascensão da direita populista, julgamos mais que oportuna a proposta de Reis (2020, p. 8) sobre a enfatização do contexto internacional e suas alianças específicas. Uma vez explanadas a imbricada trama do contexto internacional que enseja o bolsonarismo, cabe nos debruçarmos, ainda que de modo sumário, sobre os aspectos específicos do bolsonarismo.

A força política do bolsonarismo se estrutura em três níveis, o primeiro se refere aos aparelhos formais e informais de segurança, tais como as FFAA, polícias, bancada da bala e as milícias, agrupados em torno dos conceitos de ordem, segurança e defesa da pátria, o segundo são as igrejas evangélicas que se configuram como o bastião das pautas conservadoras sobre os temas relativos às pautas dos costumes, contando com a expressiva bancada da bíblia, e por último mas não menos importante, estariam o agronegócio e o capital financeiro (REIS, 2020, p. 8). Conformada essa estrutura de poder, podemos compreender a dimensão do que Ribeiro (2022, p. 82) chama de a grande questão política do nosso tempo, onde o apoio entusiástico à eleição, e reeleição, de Jair Bolsonaro se apresenta como o quadro geral da escalada da extrema-direita brasileira.

Embora não tenha ganhado um destaque maior nas análises que citamos até aqui, o anticomunismo também é um elemento igualmente relevante tanto no movimento da direita populista mundial quanto na configuração do Bolsonarismo. Sendo assim, nas sessões a seguir buscaremos enfatizar o anticomunismo como um elemento específico da geopolítica do governo Bolsonaro.

3.2 Nossa Bandeira Jamais será Vermelha!

Algumas frases e seus significados ressoam pelo tempo e é importante colocá-las em perspectiva diante dos fatos aparentemente isolados. Em janeiro de 2019, na cerimônia de posse de Otávio Brandelli como secretário-executivo do Itamaraty¹⁴, o ex-

¹⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/nossa-bandeira-jamais-sera-vermelha-exceto-se-for-a-do-internacional-diz-novo-chanceler.ghtml>. Acesso em: 13/03/2024.

ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo afirmou: “a nossa bandeira jamais será vermelha, exceto se for a bandeira do Internacional”. Já no 7 de setembro de 2022, foi a vez da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro¹⁵ repetir para um público que comemorava a Independência do Brasil num desfile cívico-militar em Brasília: “a nossa bandeira jamais será vermelha!”.

Destacamos essas duas referências que, acidentalmente, pontuam eventos políticos no início e no fim do governo Bolsonaro em que o aludido bordão possui forte incidência sobre a tradição nacionalista e anticomunista brasileira. Rodrigo Patto Sá Motta (2000) cita um trecho de um artigo de 1949 de autoria do chefe da Polícia Política, Cecil Borer, em que afirmava “[...] a substituição do auriverde pendão pelo campo sangrento com a foice e o martelo que, para vergonha do nosso povo já foi certa feita hasteado, pela matilha bolchevista, na própria capital da República, acima do Pavilhão Nacional” (IBIDEM, 2000, p. 52).

Se alinharmos os dois eventos mencionados no início desta seção com o fato citado por Cecil Borer, entendemos como o nacionalismo brasileiro é profundamente articulado com o anticomunismo. A ressurgência desse apelo, ou alerta, sobre a ameaça da “cor rubra” sobre os campos verdes da nação no contexto do governo Bolsonaro, se espraiam desde à oposição aos comunistas em nosso solo até as relações com os vizinhos de esquerda.

Em 22 de julho de 2019 Jair Bolsonaro assinou o decreto 9.926¹⁶ que alterava a composição do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), na plataforma X essa medida foi justificada como um meio de obliterar a infiltração da esquerda nas instituições brasileiras (Figura 1).

Na postagem é dito que o decreto visava acabar com o viés ideológico (de esquerda) nas discussões do órgão, quando na verdade, o efeito foi excluir as vagas de médicos, psicólogos e juristas, além de proibir a publicização das discussões realizadas no órgão¹⁷. A despeito dos interesses do governo Bolsonaro sobre a pauta da política de drogas do país, o subtexto da justificativa dessa decisão política está associada a uma interpretação muito cara à extrema direita sobre o cenário político brasileiro,

¹⁵ Fonte: <https://www.poder360.com.br/governo/nossa-bandeira-jamais-sera-vermelha-diz-michelle-bolsonaro/>. Acesso em: 13/03/2024.

¹⁶ Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9926.htm. Acesso: 14/03/2024.

¹⁷ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/22/bolsonaro-reduz-participacao-da-sociedade-no-conselho-nacional-de-politica-sobre-drogas.ghtml>. Acesso: 02/09/2023.

particularmente sobre a atuação dos partidos de esquerda no país, que é aquilo que se convencionou nomear como “gramscismo cultural”.



Fig. 4: Publicação do ex-presidente sobre alteração realizada na Conad. Acesso: 02/09/2023.

As cientistas sociais Marília Gabriella Machado e Juliana Colevatti (2021) estabelecem que determinados grupos em torno do governo Bolsonaro sustentam o discurso de que o Brasil viveria uma guerra cultural com inspiração na teoria do filósofo marxista Antonio Gramsci (1891-1937), que por sua vez, possuiria um empreendimento de devastação cultural “que engloba a destruição de uma cultura própria do país, da educação, das instituições, da escola, das Universidades, da família e principalmente do Estado burguês (MACHADO e COLEVATTI, 2021, p. 24-25).

Essa perspectiva sobre o pensamento gramsciano e a atividade dos partidos de esquerda do Brasil, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT), tem em Olavo de Carvalho (1947-2022) seu principal difusor e propagandista. Portanto é notável o seu papel enquanto uma figura de grande influência entre os meios de direita na militância anticomunista e como referência na oposição à esquerda. O cientista político Leonardo Puglia (2019), sinaliza que:

A missão de sua vida teria sido furar a pretensa ‘hegemonia esquerdista’ conquistada na vida cultural brasileira por uma esquerda que havia abandonado de vez a estratégia de luta armada, passando a agir – sob inspiração de Gramsci – com objetivo de ocupar aparelhos privados de hegemonia, sobretudo a academia e a grande mídia (IBIDEM, 2019, p. 7).

Sob este ângulo, podemos apreender como o anticomunismo configurou-se no eixo que encadeou as ideias de Olavo de Carvalho com o modo de operar do governo

Bolsonaro. É neste ponto que podemos vislumbrar de que modo o anticomunismo é operado a nível de um código geopolítico, pois o modo como o Brasil, sob a presidência de Jair Bolsonaro, se orientou diante do mundo esteve intrinsicamente fundamentada na forma como a política nacional foi conduzida.

A respeito dessa argumentação, recorremos a geógrafa Deborah Cowen e o geógrafo Neil Smith em “*After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics*”, ao defenderem que a Geopolítica nunca se limitou apenas às relações externas, mas ao invés disso, esteve envolvida, de forma mais abrangente, a uma geopolítica social que tanto ultrapassa quanto cria a distinção entre as fronteiras nacionais internas e externas (COWEN e SMITH, 2009, p. 23).

E é dentro desse quadro teórico que faz todo sentido, para o governo Bolsonaro, respaldar a mudança no Conad numa suposta proscrição da esquerda que conspira pela destruição do país por dentro das instituições. E se explorarmos as relações possíveis entre a contenção da atuação da esquerda brasileira e a política de drogas, podemos encontrar elos com a mentalidade anticomunista que orienta a política externa de Bolsonaro para a América do Sul na distinção entre aliados e inimigos. Não é estranho conceber que essa ação política combina-se com uma crítica típica da direita brasileira sobre a dinâmica das organizações e figuras políticas comunistas e de esquerda na região, como por exemplo, a acusação feita em 2021 pelo então presidente Jair Bolsonaro sobre a associação entre Luiz Inácio Lula da Silva ao narcotráfico e às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)¹⁸, ou quando Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente, classificou o governo da Venezuela como uma “narcoditadura”¹⁹.

Assim percebemos que o modelo de organização para a Conad, proposto pelo governo via decreto 9.926 de 2019, é caracterizada como um nexos que articula o código geopolítico anticomunista nas esferas local e regional.

¹⁸ Fonte: <https://jovempan.com.br/noticias/politica/bolsonaro-associa-lula-ao-narcotrafico-e-as-farc-em-entrevista-a-tv-italiana.html>. Acesso: 15/03/2024.

¹⁹ Fonte: <https://www.poder360.com.br/brasil/europa-ligou-alerta-para-a-narcoditadura-de-maduro-diz-eduardo-bolsonaro/>. Acesso: 15/03/2024.



Fig. 5. Publicação do ex-presidente sobre o 25º Foro de São Paulo na Venezuela. Acesso: 02/09/2023.

Puglia (2019, p. 2) aponta que para Olavo de Carvalho o Foro de São Paulo representaria a mais relevante organização comunista desde a desintegração do Bloco Soviético, e que além disso, seria o “[...] ‘mecanismo coordenador’ que teria salvado ‘da extinção o movimento comunista latino-americano’, tendo sido ainda ‘diretamente responsável pela ascensão dos partidos de esquerda ao poder em várias nações do continente’” (IBIDEM, 2019, p. 3).

Na sua primeira fala à nação brasileira como presidente da república, numa live em sua residência, Jair Bolsonaro deixou propositalmente sobre a mesa o best-seller de Olavo Carvalho “O Mínimo que Você Precisa Saber Para não ser um Idiota”, e partir daí o astrólogo passa a influenciar as decisões rotineiras de Bolsonaro (IBIDEM, 2019, p. 2). Essa influência torna-se possível pois “[...] após o golpe parlamentar contra a presidente Dilma Rousseff, fez com que a relação de forças no Brasil abrisse um campo de disputa para os movimentos de direita e de extrema direita” (MACHADO e COLEVATTI, 2021, p. 30), e sendo um crítico contumaz do PT, do Foro de São Paulo e da esquerda de um modo mais generalista, Olavo ocupa essa lacuna.

Na matéria publicada em janeiro de 2019 na BBC Brasil²⁰ pelo jornalista João Fellet, é apontado que o prestígio de Olavo de Carvalho na montagem da equipe ministerial do governo Bolsonaro foi maior que a da bancada evangélica, e se compara apenas com o da bancada ruralista e à da ala militar.

Dessa forma, compreendemos o porquê de Jair Bolsonaro usar sua rede social em 22 de julho de 2019 para denunciar o 25º Foro de São Paulo, que aconteceu na capital da

²⁰ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46802265>. Acesso: 16/03/2024.

Venezuela. A participação direta e indireta de Olavo de Carvalho no governo dá embasamento para o pensamento anticomunista que dirige praticamente toda declaração do ex-presidente. E mais uma vez percebe-se a articulação do código geopolítico anticomunista nas escalas local e regional, numa espécie de movimento de pinça, pois ao mesmo tempo em que a oposição à esquerda no Brasil é reforçada com a “denúncia” da participação de partidos de esquerda na reunião em Caracas, o governo enfatiza sua posição de antagonista às organizações da esquerda latino-americana, pois considera a atuação das mesmas na região perigosas por terem um “Projeto de Poder Totalitário”.

É importante sinalizar que, embora não seja do nosso intuito fazer uma defesa das instituições e organizações que são alvos do anticomunismo bolsonarista, é razoável explicar que o Foro de São Paulo é uma organização que reúne partidos de esquerda, foi fundada em 1990 como uma tentativa de coordenação da esquerda latino-americana contra as políticas neoliberais e de promover a integração da região em vários âmbitos. O que há de alarmante, ou oportuno, para a direita brasileira é o papel de Lula e do PT na fundação da organização. Ademais, em todo o mundo existem organizações que buscam coordenar a atuação política de partidos ou movimentos tanto da direita quanto da esquerda.

Para exemplificar, podemos citar o trabalho da plataforma Europa Antifascista²¹ que mapeia e monitora as redes transnacionais de partidos e organizações populistas de extrema-direita, supremacistas brancos, neonazistas e fascistas na Europa. Entre inúmeras organizações do gênero, podemos citar a União Nacional Étnica, que é uma organização política que reúne grupos neonazistas atuantes na Rússia, Ucrânia e Bielorrússia. Portanto, não há nada de incomum ou alarmante na existência do Foro de São Paulo. O motivo para tamanha importância dada a organização é o caminho que se abre para a direita anticomunista de alicerçar sua posição no cenário político nacional perseguindo e atacando as organizações de esquerda e assim ganhar mais terreno. O que tem se mostrado produtivo dada a história recente da política brasileira.

O apoio categórico do governo brasileiro à Juan Guaidó, que se autoproclamou presidente interino da Venezuela em 2019, durante a crise deflagrada com a contestação da validade das eleições presidenciais que resultou na reeleição de Nicolás Maduro (2013-Atual), revela uma face da política externa de Bolsonaro em que o anticomunismo

²¹ Fonte: <https://antifascist-europe.org/>. Acesso: 16/03/2024.

orientou uma coordenação política com Donald Trump, presidente dos Estados Unidos da América (2017-2020), para a América do Sul.

Com a crise instaurada na Venezuela, 24 países, incluído o Brasil, reconheceram a legitimidade de Guaidó como presidente interino, enquanto que Rússia, Cuba, México, Bolívia, Nicarágua, Turquia, China e Irã apoiaram Maduro²². As internacionalistas Tauana de Freitas, Isadora Fornari e Gabriela Hammes, no artigo “A ingerência Estadunidense na Venezuela no Governo Trump” (2021), ao analisarem os interesses dos EUA na Venezuela, indicam que “Donald Trump restaurou a utilização de referências à



Fig. 6. Publicação do ex-presidente sobre a autoproclamação de Juan Guaidó como presidente da Venezuela

Doutrina Monroe e ao Corolário Roosevelt nas políticas externas para a América Latina formuladas em seu governo” (FREITAS, FORNARI e HAMMES, 2021, p. 140).

Não por acaso, como consta na Estratégia de Segurança Nacional, de 2017, os ditadores regionais são listados como o primeiro desafio e ameaça ao EUA (IBIDEM, 2021, p. 141). O historiador Francisco das Neves Alves esclarece que a Doutrina Monroe, proposta em 1823 pelo então presidente dos EUA James Monroe (1817-1825), seria uma

²² Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/23/saiba-quais-paises-reconhecem-juan-guaido-como-presidente-interino-da-venezuela.ghtml>. Acesso: 17/03/2024.

estratégia que colocaria um obstáculo a qualquer tentativa de recolonização do continente americano no contexto da formação dos Estados Nacionais latino-americanos no século XIX e que, posteriormente, constituiu-se numa ferramenta que legitimou a política imperialista estadunidense na região (2004, p. 87). A frase “América para os americanos”, dita na ocasião da apresentação dessa política para a América Latina, resumiu bem as intenções do governo estadunidense para o continente, além de servir de alerta para potências estrangeiras que que nutrissem quaisquer planos que se contrariassem os EUA nessa área.

O Corolário Roosevelt foi um pressuposto geopolítico adotado pelo presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt (1901-1909) a partir de 6 de dezembro de 1904, também conhecido como a política do *Big Stick* (Grande Porrete), em que, conforme o filósofo Geraldo Alves Teixeira Júnior (2011, p. 141) afirma, os EUA assumem o papel de polícia política do mundo.

Theodore Roosevelt conferiu à Doutrina Monroe o seu significado mais intervencionista ao identificá-la com as doutrinas imperialistas do período. Por meio daquilo que chamou de um “Corolário” à Doutrina Monroe, ele proclamou em 06 de dezembro de 1904 um direito geral de intervenção por “alguma nação civilizada”, o qual, no hemisfério ocidental, apenas os Estados Unidos tinham o direito de exercer. (KISSINGER, 1994 apud TEIXEIRA JÚNIOR, 2011, p. 141).

A utilização de referências à Doutrina Monroe e ao Corolário Roosevelt ao tratar de questões latino-americanas, Donald Trump incorpora significados radicalmente ligados às políticas imperialistas.

Em março de 2019, na sua primeira visita aos EUA como presidente do Brasil, Bolsonaro se reuniu na casa branca com Donald Trump, e um dos assuntos tratados foi a crise venezuelana, na ocasião o ex-presidente assegurou que cooperaria com os EUA na resolução do conflito, embora evitasse falar sobre medidas militares ²³. Entretanto, é importante notar que “Apesar de várias ameaças de intervenção militar direta pelos EUA, essa de fato, não se observou no governo Trump. Em 2019, quando Juan Guaidó se autoproclamou presidente interino, as ameaças ficaram mais evidentes, mas não aconteceram” (FREITAS, FORNARI e HAMMES, 2021, p. 145).

²³ Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/politica/1553005345_775101.html. Acesso: 18/03/2024.

Embora os jornais tencionassem um clima de ameaça de intervenção militar dos EUA na Venezuela, com manchetes como “Ao lado de Trump, Bolsonaro evita descartar opção bélica contra a Venezuela”, do jornal eletrônico El País em março de 2019, ou “Crise na Venezuela: ‘Intervenção militar teria consequências devastadoras’, diz diplomata russo”²⁴, de maio de 2019 na BBC Brasil, porém, mesmo com a presença militar russa na capital Caracas (IBIDEM, 2021, p. 142), os Estados Unidos, que contava com o apoio do governo Bolsonaro, não escalonou a oposição ao governo de Maduro além das sanções econômicas.

Por conseguinte, podemos constatar que o anticomunismo possibilitou uma complementaridade, ou uma ascendência, do código geopolítico regional dos EUA com o do Brasil. A respeito disso, os geógrafos Colin Flint e Peter Taylor observam que “Em particular, as grandes potências possuem uma excessiva influência nos códigos geopolíticos de outros membros do sistema, tanto que dentro de qualquer período histórico muitos códigos geopolíticos tendem a se encaixar para formar um padrão dominante único e geral” (2018, p. 52).

Essa convergência dos códigos geopolíticos estadunidense e brasileiro na questão da Venezuela, serviram ao propósito de legitimar e dar força ao anticomunismo no horizonte político brasileiro para a coalizão de forças de extrema-direita no governo do país. E o fluxo migratório da Venezuela ao Brasil corroborou ainda mais para esse quadro.

Em visita a cidade de Pacaraima no Estado de Rondônia, em agosto de 2018, por onde os venezuelanos adentravam no território brasileiro, Jair Bolsonaro, na condição de candidato à presidência, afirmou que “o Brasil não pode ser um país de fronteiras abertas”, e também que a ONU deveria criar campos de concentração para os refugiados da Venezuela²⁵.

Os juristas Gustavo Rocha e Natália Ribeiro (2018), ao analisarem o crescente fluxo migratório dos venezuelanos para o Brasil, determinam que “[...]entende-se que não há que se falar em uma crise migratória no Brasil. Existe uma crise político-econômica e social na Venezuela, onde o desrespeito generalizado aos direitos humanos acarreta grande emigração” (ROCHA e RIBEIRO, 2018, p. 549). Esse argumento é fundamentado na pesquisa feita pelos advogados na *Regional Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela*, que é uma iniciativa multissetorial da Rede das

²⁴ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48262309>. Acesso: 19/03/2024.

²⁵ Fonte: https://www.esquerdadiario.com.br/Bolsonaro-diz-que-ONU-deve-criar-campo-de-concentracao-para-imigrantes-venezuelanos?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter. Acesso: 19/03/2024

Nações Unidas sobre Migração. De acordo com Rocha e Ribeiro (2018), até setembro de 2018 aproximadamente 2,5 milhões de venezuelanos viviam fora de seu país e perto de 70% desse contingente foi para países da América do Sul, em junho de 2018 aproximadamente 819.000 migrantes viviam na Colômbia, 350.000 no Peru e 50.000 no Brasil, e que por essa razão os juristas defendem que o Brasil não era o destino preferencial deste fluxo, e que o mesmo não representou uma variação considerável no quantitativo geral do histórico de imigrações para o país (IBIDEM, 2018, p. 548).

A internacionalista Vitória Machado (2021), em seu artigo “Análise do ‘Normatizar’ da Crise Venezuelana no Brasil e sua Relação com a Política Discursiva da Operação Acolhida”, questiona como o imaginário de urgência mobilizado pela mídia e pelos políticos reproduziram uma visão de alteridade sobre quem são os brasileiros e quem são os venezuelanos na Operação Acolhida, criada em 2018 pelo governo Bolsonaro como o objetivo de garantir atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos, consistindo na realocação dos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil²⁶.

Machado (2021, p. 37) assevera que a questão venezuelana, construída a partir dos meios de comunicação, se torna uma pauta brasileira. Dessa forma, uma série de “problemas” relacionados a “crise” dos imigrantes e refugiados da Venezuela são noticiados de Paracaima e Boa Vista, e assim tornam-se bodes expiatórios de problemas de uma região de baixa densidade demográfica e com serviços públicos ineficazes.

Com essas imagens acendendo um caloroso debate sobre a crise, ações governamentais emergenciais são demandadas e tomadas, perpassando uma lógica securitária, militarizada, de salvaguarda e controle das fronteiras e da soberania nacional, como reação ao que o presidente Michel Temer ressaltou como um “êxodo venezuelano que perturba países da América Latina” (IBIDEM, 2021, p. 39-40)

Nesta conjuntura, como nos diz Machado (2021), foi construída uma imagem dos imigrantes e refugiados como ameaça, possibilitando a construção de um discurso de perigo ensejando a presença do Estado, como ator securitizador, para proteger o país de ameaças externas incorporando o sentimento patriota e belicista (MACHADO, 2021, p. 41).

²⁶ Fonte: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso: 19/03/2024.

E assim surge a Operação Acolhida, lançada em 2018 pelo governo do ex-presidente Michel Temer, uma Força-Tarefa Logística Humanitária que congrega 12 ministérios e órgãos da União, envolvendo 600 militares da Aeronáutica, do Exército e da Marinha com a atuação focada no Ordenamento da Fronteira, Abrigamento e Interiorização (MACHADO, 2021, p. 47). O antropólogo Alexandre Branco-Pereira, no artigo “A Instrumentalização ideológica da migração, de 1964 a 2022”, publicado na revista *Le Monde Diplomatique*²⁷, em outubro de 2022, destaca que “No início de 2020, a Operação adotou postura abertamente anticomunista, usando o lema ‘o socialismo exclui, o Brasil acolhe’ (BRANCO-PEREIRA, 2022), e em 16 de janeiro de 2020, numa cerimônia no Palácio do Planalto sobre a Operação, o ex-ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni declarou: “(...) *que o Brasil, ‘país livre’, tem a obrigação de acolher nacionais originários de uma nação ‘destroçada pelo socialismo’, reiterando que ‘o que a esquerda fez com a Venezuela, era o que ela queria fazer com o Brasil’*” (PEREIRA-BRANCO, 2022).

Nota-se que o caso dos refugiados e imigrantes venezuelanos se torna um teatro de operações capitalizado por Bolsonaro com uma série de interesses difusos, mas conectados pelo anticomunismo. Primeiro porque alinha a coordenação dos códigos geopolíticos regionais entre os Estados Unidos e Brasil na oposição à ditadura comunista de Maduro, o que também traz benefícios para as relações comerciais, permitindo a abertura de canais de diálogo que, entre outras coisas, resultaram na renúncia da sobretaxação do aço e do alumínio brasileiro pelos EUA (Figura 4).

Em segundo lugar porque a crise social, política e econômica da Venezuela foi uma circunstância mais que oportuna para o fortalecimento do governo perante a esquerda no país, principalmente contra o PT, tendo em vista que o partido reconheceu a legitimidade da eleição presidencial venezuelana em 2019²⁸, consolidando assim o anticomunismo como um código geopolítico local que passa a ocupar um espaço cada vez maior na política nacional do governo Bolsonaro.

A Operação Acolhida, ao mobilizar as Forças Armadas (FFAA), que alcançaram uma posição proeminente no governo Bolsonaro com mais de 6.300 militares ocupando cargos civis em diversos setores²⁹, atende a dois propósitos implícitos. O primeiro de

²⁷ Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-instrumentizacao-ideologica-da-migracao-de-1964-a-2022/>. Acesso: 20/03/2024.

²⁸ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/01/09/gleisi-hoffman-representara-pt-em-posse-de-nicolas-maduro-nesta-quinta.htm>. Acesso: 23/03/2024.

²⁹ Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/23/presenca-militar-no-governo-bolsonaro-e-corporativista-e-sem-projeto-diz-pesquisador>. Acesso: 23/03/2024.

militarizar a ajuda humanitária, uma decisão duramente criticada entre os especialistas do tema (MACHADO, 2021, p. 47), e assim creditar prestígio à instituição e estabelecer um contraponto ao papel de organizações não governamentais (ONGs), vistas como inimigas do governo por sua atuação o país nas áreas dos Direitos Humanos e do meio ambiente³⁰. O segundo propósito se refere ao compartilhamento do ativo político que representa a questão dos imigrantes e refugiados venezuelanos com os militares, o grupo social que melhor representa a matriz nacionalista do anticomunismo no Brasil (MOTTA, 2000, p. 58). Ao perseguir esses propósitos, Bolsonaro fortaleceu o código geopolítico anticomunista no panorama político brasileiro.

Podemos classificar tal relação como uma simbiose, em que ambos os lados se beneficiaram mutuamente. No caso dos militares, já abordamos anteriormente sua participação massiva nos cargos públicos, e em se tratando do governo, podemos acrescentar que Bolsonaro, de certa forma, “surfou” na opinião dos brasileiros em relação às FFAA, que figura no 3º lugar dentre as instituições mais confiáveis do país, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Ranking Brasil, em 2021³¹.

O binômio militarismo-bolsonarismo foi a expressão que resultou no governo que transformou o anticomunismo na tônica central de sua pauta política. O geógrafo Guilherme Ribeiro (2020), no artigo “Entre Armas e Púlpitos: a necropolítica do Bolsonarismo”, ao definir o termo “bolsonarismo”, o identifica “(...) como a mais nova face da extrema-direita brasileira nas primeiras décadas do século XXI. Tendo como principais bases ideológicas o neoprotestantismo e a defesa do legado da ditadura militar” (RIBEIRO, 2020, p. 465).

Dessa forma, o governo de Jair Bolsonaro assegurou que o código geopolítico anticomunista, no nível local, ganhasse uma força maior ainda tendo ao seu lado os principais esteios do nacionalismo na história do anticomunismo no país (MOTTA, 2000, p. 58).

³⁰ Fonte: <https://brasil.elpais.com/politica/2019-11-30/bolsonaro-intensifica-perseguiacao-a-imprensa-e-ongs-enquanto-desgasta-base-de-apoio.html>. Acesso: 23/03/2024.

³¹ Disponível em: <https://rankingpesquisa.com.br/noticias/pesquisa-aponta-quais-as-instituicoes-de-maior-credibilidade-no-brasil/>. Acesso: 23/03/2024.



Fig. 7. Publicação sobre acordo comercial entre Trump e Bolsonaro sobre aço e alumínio brasileiro.

Por outro lado, Bolsonaro também garantia a fidelidade desse “sócio” prestando homenagens às FFAA pela sua atuação anticomunista, particularmente a respeito do Golpe Militar de 1964.

Em março de 2019 o ex-ministro da Defesa Fernando Azevedo e Silva (2019-2020) publicou a Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964³². No documento, assinado pelos três comandantes das FFAA (Ilques Barbosa Junior, Almirante de Esquadra da Marinha, Edson Leal Pujol, General do Exército, e Antonio Carlos Moretti Bermudez, Tenente Brigadeiro do Ar), o ex-ministro ressalta a participação das Forças Armadas na história do Brasil, desde o início da formação da nacionalidade, passando pela Independência até a declaração da República. Sobre o 31 de março, Azevedo e Silva afirma que houve o ensejo do cumprimento da Constituição Federal (CF) de 1946, com o Congresso Nacional declarando a vacância do cargo de Presidente no dia 2 de abril de

³² Fonte: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/38843/>. Acesso: 23/03/2024.

1964, e nove dias depois realizou a eleição indireta do Chefe do Estado-Maior do Exército Humberto de Alencar Castello Branco como 26º Presidente do Brasil.

Não é nosso propósito discorrer sobre os fatos históricos que resultaram no Golpe Militar de 64, contudo é digna de nota a versão exposta pelo ex-ministro sobre o evento, onde mesmo reconhecendo a polarização resultante do contexto da Guerra Fria, o desenrolar dos acontecimentos é apresentado como uma tranquila transição presidencial, ignorando completamente o assalto aos direitos civis e políticos do povo brasileiro e a prática metódica da violência durante da Ditadura Militar que durou 21 anos (1964-1985).

Pensamos que a defesa do legado da Ditadura Militar é um elemento que revela uma prática política primordialmente violenta e odienta. A respeito disso, Ribeiro (2020) mobiliza o conceito de necropolítica, do filósofo camaronês Achille Mbembe, que compreende a morte como um ativo político central da modernidade (RIBEIRO, 2020, p. 465). O geógrafo reitera ainda que “Ao acionar o discurso de ódio, da violência e da morte como ativos políticos – *necropolítica* –, Bolsonaro imantou não apenas saudosos da ditadura como também montante considerável de jovens e adultos que não viveram a experiência autoritária” (RIBEIRO, 2020, p. 473).

O ex-presidente Jair Bolsonaro reforçou oficialmente seu posicionamento pró-Ditadura ao determinar, em 2019, ao Ministério da Defesa a realização de comemorações do 31 de março nas unidades militares³³, e na ocasião de uma cerimônia no Palácio do Planalto em 31 de março de 2022, afirmou “O que aconteceu nesse dia? (31 de março de 1964) Nada. Nenhum presidente da República perdeu o mandato nesse dia. Congresso, com quase 100% dos presentes, elegeu Castello Branco presidente à luz da Constituição³⁴”.

À luz desses fatos, reforçamos o que já defendemos previamente, ou seja, a relação entre o governo Bolsonaro e as Forças Armadas, em grande parte, mas não só isso, tem como base a consolidação do anticomunismo, operado como um código geopolítico que dá coerência a essa coalizão de forças, atribuindo ao combate ao comunismo o propósito de salvaguardar da liberdade do país, a proteção da integridade das famílias, dos valores e das tradições, etc.

³³ Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/bolsonaro-autoriza-celebracao-do-31-de-marco-de-1964>. Acesso: 24/03/2024.

³⁴ Fonte: <https://www.nexojournal.com.br/extra/2022/03/31/bolsonaro-defende-ditadura-militar-e-manda-cala-a-boca-a-stf>. Acesso: 24/03/2024.

Podemos identificar as linhas gerais dessa perspectiva no próprio Discurso do presidente da República durante a cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial em Brasília no dia 1 de janeiro de 2019³⁵.

No segundo parágrafo de seu discurso, Jair Bolsonaro afirma “É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto” (BRASIL, 2019). Bolsonaro identifica o começo do seu mandato como o momento da História em que o Brasil inicia sua libertação do socialismo. Apreende-se que a libertação, ou o combate, ao socialismo ou ao comunismo é adotado como uma missão prioritária de seu governo, além da defesa dos valores tradicionais e da promoção do Estado mínimo.

Adiante, o ex-presidente declara “Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade” (IBIDEM, 2019). Neste trecho podemos identificar a declaração de uma convicção inscrita na tradição anticomunista brasileira, que é a acusação do comunismo como uma ideologia responsável pela destruição das famílias.

Patto (2000, p. 28) menciona o ex-ministro da Justiça do primeiro governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), Vicente Rao (1934-1937), que publicou o livro “Direito de família dos soviets” (1931), onde o autor, buscando expor a realidade social soviética, analisa a base da legislação soviética sobre a organização familiar, chegando à conclusão que a essência do comunismo reside na destruição sistemática da instituição familiar.

Podemos identificar que a referência à destruição das famílias pelo comunismo, no discurso do ex-presidente, é uma forma de reforçar para a nação uma ideia há muito tempo reproduzida no Brasil, e também atende ao objetivo de associar a defesa das famílias ao seu governo.

A finalização do discurso presidencial marca a, também tradicional, defesa das cores nacionais: “Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela” (BRASIL, 2019). Ao iniciar a frase com “Essa é a nossa bandeira”, podemos interpretar que não se trata apenas de uma

³⁵ Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>. Acesso: 25/03/2024.

referência a bandeira em si, mas ao conjunto de ideais expressos em seu discurso, ideais anticomunistas que imprimem, para o povo, a ideia de que o comunismo e a esquerda seriam os grandes males do país. Além disso, o ex-presidente assume um tom heroico e dramático ao sugerir que a bandeira só seria vermelha com o derramamento de sangue numa eventual guerra pela defesa do Brasil, evocando um sinal de alerta sobre a ameaça que representa o comunismo.

Concluimos que no discurso da cerimônia de posse de Jair Bolsonaro em 2019 são alinhadas uma série de suposições que justificam a instrumentalização do anticomunismo como o código geopolítico que orientaria a política interna e externa do país pelos próximos quatro anos.

3.3 A Culpa é da China!

No dia 19 de março de 2020, oito dias após a Organização Mundial de Saúde caracterizar a COVID-19 como uma pandemia³⁶, Eduardo Bolsonaro, Deputado Federal por São Paulo (2015 – Atual), e filho do Presidente da República Jair Bolsonaro, publicou na rede social X uma mensagem que atribuía à China a culpa pela pandemia da COVID-19 (Figura 5).

A Covid-19, doença infecciosa respiratória aguda causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2³⁷, surgiu como uma epidemia em Wuhan, capital da província de Hubei, na China, em dezembro de 2019³⁸ e logo se espalhou pelo mundo se tornando uma pandemia. Ao todo, 270.155.054 pessoas no mundo contraíram a doença e 5.305.991 destas vieram a óbito³⁹. No Brasil, houveram 38.694.221 casos confirmados da doença e 710.966 pessoas morreram em decorrência da mesma⁴⁰.

Assim que declarada a pandemia que viria se tornar uma catástrofe sanitária e humanitária, o Deputado Eduardo Bolsonaro utilizou sua rede social para estabelecer uma equivalência na atuação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da República Popular da China nos casos do acidente nuclear de Chernobyl e da pandemia

³⁶ Fonte: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso: 27/03/2024.

³⁷ Fonte: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade>. Acesso: 27/03/2024.

³⁸ Fonte: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem/>. Acesso: 27/03/2024.

³⁹ Fonte: <https://dadoscoronavirus.dasa.com.br/>. Acesso: 27/03/2024.

⁴⁰ Fonte: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso: 27/03/2024.

da Covid-19, respectivamente, sugerindo que URSS e China tivessem ocultado os fatos sobre os dois episódios por serem ditaduras.



Fig. 8. Publicação de Eduardo Bolsonaro a respeito da suposta culpa da China sobre a pandemia da COVID-19.

A publicação é concluída com a seguinte frase: “A culpa é da China e liberdade seria a solução”. Não entraremos no mérito da discussão se a China é ou não uma ditadura, o que nos importa é ajustar o foco para um elemento implícito nessa publicação, que é o anticomunismo como premissa orientadora das relações exteriores do Brasil durante o governo Bolsonaro.

É necessário, antes de prosseguirmos, assinalar que não temos a presunção de deduzir de publicações em rede social as tramas complexas da política externa do país, pois isso seria tanto impossível quanto distante de nosso escopo. O que fazemos aqui é tentar explicar, a partir de discursos, matérias de jornais eletrônicos e publicações no X, que constitui o nosso empírico, como o anticomunismo é instrumentalizado para orientar o Brasil para o mundo, tanto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro quanto por integrantes do governo⁴¹ que possuem a chancela para expressar o posicionamento do mesmo.

⁴¹ Os integrantes do governo que citaremos nesta sessão são o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo e o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub.

O cientista político russo Igor Okunev (2013), afirma que “Um dos principais indicadores da posição de um país nos assuntos globais e da sua tendência na política externa é o código geopolítico” (OKUNEV, 2013, p. 68). Como procuramos sustentar que o anticomunismo é um código geopolítico do governo Bolsonaro, entendemos que esse movimento ideológico media a resposta a dois dos principais cálculos propostos por Colin Flint (2012, p. 44), que se refere a identificação de atuais e potenciais aliados ou inimigos, e isso essencial para compreender a posição do Brasil relativa aos assuntos globais e sua política externa.

Retornando ao tema que abrimos esta sessão, a acusação feita por Eduardo Bolsonaro sobre a China esconder informações a respeito da epidemia de Covid-19, e também sua suposta culpa pela pandemia, revela um posicionamento político do governo sobre um tema de relevância global. O ex-presidente Jair Bolsonaro também se manifestou, num discurso no Palácio do Planalto em 05 de maio de 2021, insinuando a existência de uma guerra biológica e dando a entender que a China teria criado o SARS-CoV-2 em laboratório e lucrado com a pandemia porque seu Produto Interno Bruto (PIB) cresceu nesse período⁴².

Observa-se que o governo Bolsonaro elegeu a China como um país que, pelo menos discursivamente, seria antagonizado. Esse antagonismo não é fundado em uma trajetória onde as relações bilaterais Brasil-China se esgarçaram num cenário de ataques mútuos, muito pelo contrário. Ainda em outubro de 2019, antes do da pandemia do Covid-19, Bolsonaro fez uma série de publicações no X enumerando as realizações do seu governo, dentre elas, o encontro entre empresários chineses com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), oportunizando investimento bilionário nos setores de agricultura e infraestrutura (Figura 6).

E também a parceria estabelecida entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação Nacional de Ciências Naturais da China (NSFC) (Figura 7).

⁴² Fonte: <https://g1.globo.com/politica/video/video-e-um-virus-novo-ninguem-sabe-se-nasceu-em-laboratorio-ou-nasceu-por-algum-ser-humano-ingerir-um-animal-inadequado-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus-9489853.ghml>. Acesso: 01/10/2023.



Fig. 9. Publicação sobre acordo de investimento na área de agricultura e infraestrutura entre FIESP e empresários chineses.

Ainda que, durante a eleição de 2018, Jair Bolsonaro tenha dirigido críticas à China, chegando a declarar que o país deveria “comprar no Brasil, não comprar o Brasil”⁴³, isso não teve efeito sensível na relação com o país comunista que é o principal parceiro comercial do Brasil.

Diante desse quadro, pensamos que uma possível resposta sobre o porquê da elevação do tom contra a China perpassa dois elementos: o contexto da pandemia do Covid-19 e o alinhamento do governo Bolsonaro ao código geopolítico global dos EUA.



⁴³ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/24/estou-num-pais-capitalista-diz-bolsonaro-ao-chegar-a-china.ghtml>. Acesso: 03/04/2024.

Fig. 10. Publicação sobre parceria no setor de ciência e pesquisa entre a CAPES e a NSFC.

No artigo “Analogia entre Pandemia e Guerra” (2020), Ana Cristina Pereira *et al.* se propõem a refletir sobre o recurso a expressões, por parte dos meios de comunicações e da classe política, que tendem a associar a pandemia do Covid-19 à guerra. Embora o objetivo do texto é propor caminhos para romper com a analogia, as autoras explicam alguns mecanismos por meio dos quais se processa a associação entre guerra e pandemia. Julgamos relevante trazer essa discussão, ainda que de modo breve, para nossa reflexão por que pensamos que o contexto da pandemia do Covid-19 revelou-se o ponto de inflexão da relação entre Brasil e China.

Mesmo operando com o código geopolítico anticomunista nas escalas local e regional, o governo Bolsonaro não se furtou de se aproximar do país asiático no início do seu mandato, conforme apresentamos anteriormente. Contudo, a relação econômica não bastou para afastar a mira de Bolsonaro contra a China durante a Pandemia, quando o seu posicionamento anticientífico e negacionista se chocaram com a postura necessária para enfrentar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada pela portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020⁴⁴.

Diante disso, podemos observar que o governo Bolsonaro se “distancia”⁴⁵ da China e se aproxima ainda mais de Donald Trump. É neste sentido que a analogia entre pandemia e guerra são estabelecidas, como no caso da publicação na rede social X de Eduardo Bolsonaro e da declaração ora citada em que o ex-presidente faz menção a guerra bacteriológica e o suposto envolvimento da China na produção do vírus. Compreendemos que esse recurso atende à necessidade de apresentar um inimigo, tal qual numa situação de guerra. Em abril de 2020 o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo publicou um texto com o título “Chegou o Comunavírus”⁴⁶, onde estabelece um diálogo com o filósofo esloveno Slavoj Žižek na tentativa fazer uma crítica a China ao associar a pandemia da Covid-19, globalismo e comunismo. O texto, além de alertar que o coronavírus desperta para o pesadelo comunista, conclama para a luta contra o

⁴⁴ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso: 03/04/2024.

⁴⁵ Colocamos esse termo entre aspas porque queremos fazer a ressalva de que a distância deve ser interpretada tão somente como um rompimento de uma relação amistosa que vinha sendo travada entre Brasil e China no início do governo Bolsonaro, sem implicações no campo dos acordos econômicos.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/chegou-o-comunavirus-artigo-do-ministro-ernesto-araujo-publicado-no-livro-politica-externa-soberania-democracia-e-liberdade>. Acesso: 08/04/2024

coronavírus e o comunavírus, concluindo que a pandemia seria uma oportunidade criada para a “disseminação” do comunismo.

É importante observar que o anticomunismo é o suporte ideológico que vai sustentar o posicionamento do governo em relação à pandemia e à China, apresentando uma retórica de guerra.

A retórica do conflito e do inimigo pode traduzir-se numa linguagem que tende a substituir o “inimigo invisível” por “inimigos visíveis”, assim designados pelo seu potencial de “contaminação”, ou seja de transmissão do vírus, sendo necessário contê-los, afastá-los ou protegê-los contra a sua vontade (PEREIRA *et al.*, 2020, p. 16).

Dessa forma, compreendemos que os artifícios utilizados para identificar a China como a culpada pela pandemia da Covid-19 são inscritos num objetivo maior, que é o de apresentar quem é o inimigo a ser combatido e o aliado com quem essa “guerra” seria travada em conjunto, no caso, os EUA. E assim abrimos a oportunidade para dissertar sobre o segundo elemento que explicar a mudança na abordagem da China na política externa brasileira, que é o alinhamento do Brasil ao código geopolítico global dos EUA na administração de Trump.

De acordo com a cientista política sérvia Sanja Arežina (2019, p. 296), a eleição de Donald Trump assinalou a mudança do foco dos EUA dos interesses globais para os interesses nacionais, em acordo com a sua doutrina “*America first*”, resultando na retirada do país de diversos acordos internacionais, tais como o Acordo de Associação Transpacífico (TPP), Acordo de Paris, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, etc., num claro sinal de que os EUA não estariam mais dispostos de carregar o fardo da ordem liberal internacional. Arežina (2019, p. 297) explica que ao adotar uma postura mais agressiva com o objetivo de alterar acordos existentes para promover trocas livres e “justas” com seus principais parceiros, buscou também reduzir o déficit comercial com a China, mas após sucessivas rodadas de conversas malsucedidas, o governo Trump travou uma guerra comercial com Pequim em março de 2018, sob a justificativa de que o país asiático estaria realizando práticas de comércio injustas.

Ainda de acordo com Sanja Arežina (2019, p. 299), a retórica anti-chinesa tem se tornado cada vez mais proeminente nos principais documentos estratégicos, tal como a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos dos anos de 2017 e 2018.

Nestes documentos, a China é apresentada (juntamente com a Rússia) como um concorrente estratégico e um “predador” que utiliza incentivos e sanções econômicas, influencia operações e ameaças militares implícitas para persuadir outros estados a prestarem atenção à sua agenda política e de segurança. Consequentemente, a administração Trump concentrar-se-á no Indo-Pacífico nos próximos anos como uma região chave de interesse para os Estados Unidos (AREZINA, 2019, p. 299).

Concebemos que a guerra comercial contra a China e a identificação do Indo-Pacífico como a região chave de interesse dos EUA constituem-se nos elementos que fundam o código geopolítico global dos Estados Unidos na administração de Trump. Flint e Taylor (2018, p. 52) pontuam que poucos Estados possuem políticas globais que permitam a definição de códigos geopolíticos globais. O Brasil não possui um código geopolítico global, contudo, dada relação consolidada entre as administrações Trump e Bolsonaro, podemos perceber que a redefinição da rota traçada em relação à China corresponde tanto a uma necessidade de apresentar um inimigo para a nação, ou simplesmente para a base que elegeu o ex-presidente, quanto para emular uma projeção externa da agenda anticomunista que adere, ou se impulsiona, num código geopolítico global de uma potência global.

Em 23 novembro de 2020, Eduardo Bolsonaro publicou na rede X a mensagem “O governo Jair Bolsonaro declarou apoio à aliança Clean Network, lançada pelo governo Donald Trump, criando uma aliança global para um 5G seguro, sem espionagem da China”⁴⁷, em referência ao Leilão do 5G, que viria a ser realizado em novembro de 2021. O leilão teve como objetivo selecionar as empresas que forneceria a tecnologia de internet móvel de última geração no Brasil. A Huawei, empresa líder global de tecnologia de soluções de informação da indústria e das comunicações com sede em Shenzhen, na China⁴⁸, participou do leilão e também é o alvo da iniciativa “*Clean Network*”, lançado pelo governo dos Estados Unidos e com a adesão de vários países, e tem como objetivo limitar o acesso de empresas chinesas ao mercado mundial da internet 5G⁴⁹, sob o pretexto do país asiático estar realizando espionagem através da tecnologia. No Brasil, a Huawei

⁴⁷ Fonte: <https://veja.abril.com.br/mundo/china-acusa-eduardo-bolsonaro-de-ameacar-suas-relacoes-com-brasil>. Acesso: 10/04/2024.

⁴⁸ Fonte: <https://www.huawei.com/br/>. Acesso: 10/04/2024.

⁴⁹ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/brasil-apoia-proposta-dos-eua-que-limita-participacao-da-china-no-5g-diz-itamaraty.ghtml>. Acesso: 10/04/2024.

domina as operações de telefonia por ser a principal fornecedora dos equipamentos utilizados pelas empresas que operam o serviço, tais como a Nextel, Oi, Claro, etc⁵⁰.



Fig. 11. Publicação de Eduardo Bolsonaro sobre a adesão do Brasil à Iniciativa Clean Network.

O apoio do governo Bolsonaro ao plano do governo Trump, se referindo a espionagem e a práticas “inimigas da liberdade” do Partido Comunista da China, apresenta como subtexto o amálgama entre espionagem e comunismo. Vemos mais uma vez uma medida política tomada com a justificativa de antagonizar com o comunismo e a China, e de quebra, aderindo ao código geopolítico global dos EUA, assinalando em letras garrafais a aliança geopolítica com este país.

As internacionalistas Laiz Forti Thomaz, Tullo Vigevani e Elisa Cascão Ferreira, no artigo “A política subordinada de Bolsonaro a Trump (2019-2020): Estudos de casos – Embraer, Alcântara, RDT&E e Vistos” (2021), analisam as posições do governo Bolsonaro frente à administração de Trump. As autoras concluem que o alinhamento do grupo de Bolsonaro ao de Trump não só não produziu resultados positivos para o Brasil, sem qualquer tipo de contrapartida, como levou a perdas significativas para o país comprometendo o desenvolvimento nacional (THOMAZ, VIGEVANI e FERREIRA, 2021, p. 216).

O geógrafo André Roberto Martin, na sua Tese de Livre Docência “Brasil, Geopolítica e Poder Mundial: o anti-Golbery” (2018), argumenta que a escolha de um

⁵⁰ Fonte: <https://www.poder360.com.br/brasil/entenda-o-leilao-do-5g-e-as-perspectivas-para-a-tecnologia-no-brasil/>. Acesso: 10/04/2024.

meridiano em vez de um paralelo para separar as possessões portuguesas das espanholas, no caso o Meridiano de Tordesilhas, a 1.780 metros a oeste de Cabo Verde, foi um fato histórico tão marcante que até hoje influencia a política exterior do Brasil (MARTIN, 2018, p. 181). O geógrafo aponta que “Acostumadas a olhar o mundo coma base nas relações Norte-Sul estabelecidas desde a colonização, as elites brasileiras apresentam enorme dificuldade de conceber uma outra forma de inserção mundial que não a ditada por séculos e participação subordinada na economia e política mundiais” (IBIDEM, 2018, 181).

Com base neste pressuposto podemos depreender que a subordinação do governo Bolsonaro aos EUA de Trump está inscrito numa tradição geopolítica de longa duração, que Martin (2018, 195) defende estar fundamentado num ponto de vista que ele nomeia de *meridianista*, que além subentender uma submissão aos desígnios das potências mundiais, contém a premissa da defesa do Ocidente, cuja trajetória pode ser remontada ao contexto da Guerra Fria (1947-1991).

Para Rodrigo Quinan, Mayara Araújo e Afonso de Albuquerque, no artigo “A culpa é da China! O discurso sino-conspiratório no governo Bolsonaro em tempos de Covid-19” (2021), o governo Bolsonaro se apropriou de uma representação ocidental da China, portanto xenofóbica e sinofóbica, para fundamentar seu posicionamento conspiracionista durante a pandemia. Um exemplo disso foi quando o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, fez uma publicação na rede X com menção a história em quadrinhos “Turma da Mônica”, de Maurício Araújo de Souza (1935), com um texto em que fez referência, de forma jocosa e infantil, ao personagem Cebolinha e também à dificuldade que os chineses possuem de pronunciar o fonema “R” devido as variações silábicas do idioma chinês. A publicação possuía o seguinte conteúdo: “Geopolíticamente, quem podeLá saiL foLtalecido, em teLmos Lelativos, dessa cLise mundial? PodeLia seL o Cebolinha? Quem são os aliados no BLasil do plano infalível do Cebolinha paLa dominaL o mundo? SeLia o Cascão ou há mais amiguinhos?...”⁵¹.

Em uma só tacada o membro do governo Bolsonaro conseguiu articular xenofobia, sinofobia e conspiracionismo, fundamentados numa postura anti-China que tem no anticomunismo seu principal amparo ideológico. E ainda que essas posições, aparentemente, apontem para um esgarçamento das relações, a realidade se impõe

⁵¹ Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/weintraub-usa-imagem-de-gibi-para-atacar-a-china-novamente/>. Acesso: 11/04/2024.

imperiosa diante do espaço que a China vem ocupando no mundo, “geopoliticamente” falando.

O governo Bolsonaro, por sua vez, se encontra em um dilema semelhante ao estadunidense: conciliar ideologias raciais neoconservadoras que fundamentalmente compõem seu movimento político com uma dependência econômica cada vez mais robusta da China, diante de um mundo que cada vez mais se afigura como multipolar (QUINAN, ARAÚJO e ALBUQUERQUE, 2021, p. 171).

Por conseguinte, podemos concluir que a relação do Brasil no governo Bolsonaro com China e Estados Unidos não só expressa o modo como o bolsonarismo mobilizou o anticomunismo, para projetar sua agenda sobre temas de relevância global, como uma espécie de termo de adesão ao código geopolítico estadunidense, mas também como essa coalizão de forças que gerou e sustentou o bolsonarismo estão profundamente comprometidos como toda forma de preconceito, radicalismo e submissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente realizamos uma discussão teórica sobre a trajetória da geopolítica, destacando seus principais autores e suas teorias, abordando também as perspectivas conhecidas como geopolítica crítica e antigeopolítica. Em seguida, apresentamos os elementos que constituem o conceito de código geopolítico, que a partir do próprio criador do conceito, John Lewis Gaddis (2005), seriam suposições sobre os interesses americanos no mundo, ameaças a eles e respostas viáveis. Trouxemos também para esse debate as contribuições de Colin Flint e Peter Taylor (2012; 2018), que entendem que todos os países possuem códigos geopolíticos em três diferentes escalas. Por fim, tratamos de demonstrar como o conceito é aplicado na análise dos códigos geopolíticos dos Estados Unidos (LIMA e PINA, 2013) e Itália (VARRICCHIO, 2018), como o objetivo de evidenciar a maneira como os códigos geopolíticos são operacionalizados em diferentes contextos, e também para mostrar como o conceito é trabalhado em diferentes áreas do conhecimento, no caso, na geografia e na ciência política.

No segundo capítulo, fizemos uma breve discussão teórica e historiográfica do anticomunismo no Brasil e nos Estados Unidos. A partir de Liebman e Miliband (1984), apresentamos, em linhas gerais, a maneira das forças políticas anticomunistas representarem o comunismo como algo essencialmente mau e sombrio, e também as táticas utilizadas pela direita para a limitação da atuação da esquerda comunista no cenário político dos EUA, o que também encontra ressonância na prática da direita brasileira nas primeiras décadas do século XX, como nos mostra Motta (2000).

Com Munhoz (2017), observamos que se fundou um imaginário anticomunista em torno de um alegado expansionismo soviético durante a Guerra Fria, o que Miliband e Liebman (1984) demonstraram ser falso, levando em consideração a cautela com que URSS lidava com as repúblicas socialistas no Leste Europeu e no resto do Mundo.

Procedemos também com uma caracterização geral do anticomunismo com base em Liebman e Miliband (1984), que discerne três posições, ou aspectos, que seriam o absolutista, conservador e social democrata. E a partir de Motta (2000), apontamos as fontes ideológicas do anticomunismo no Brasil, a Igreja Católica, o nacionalismo e o liberalismo.

No terceiro capítulo pudemos traçar a relação do bolsonarismo com o movimento global da direita populista, particularmente através da associação entre a família Bolsonaro e Steve Bannon. Assim, buscamos expor que apesar do Bolsonarismo ser um

fenômeno da contemporaneidade do cenário político brasileiro, ele está inserido numa coordenação de forças que não se limita a escala nacional, o que podemos chamar de geopolítica da direita populista, que tem em Steve Bannon a liderança política que faz a ponte com o setor privado, onde a atuação da Cambridge Analytica foi, e ainda é, estratégica para operar a metapolítica, o conceito e, ao mesmo tempo, o método orientador do projeto político da direita nos diferentes países e regiões do mundo, inclusive o Brasil. No contexto desse geopolítica da direita populista, o Tradicionalismo seria o esteio ideológico que, de maneira muito difusa, para dizer o mínimo, serve como um elemento aglutinador de ideais e princípios das organizações políticas de direita no mundo.

Respondendo à pergunta de nossa pesquisa sobre como Bolsonaro operou o anticomunismo a nível de código geopolítico, constatamos que algumas decisões e políticas do governo tinham como premissa definidora e finalidade prática o anticomunismo.

A alteração da composição e do funcionamento da Conad foram balizadas na contenção do que o governo considerava uma influência da esquerda nas instituições governamentais brasileiras. Essa decisão política é profundamente ligada a uma concepção sobre a atuação dos partidos de esquerda no Brasil, nomeada gramscismo cultural, que tem em Olavo de Carvalho, o mentor ideológico do governo Bolsonaro, seu principal articulador.

Essa concepção está relacionada ao que o ideólogo considerava como a mais relevante organização esquerdista na América Latina, o Foro de São Paulo, que segundo ele alinhava as políticas de esquerda entre as narcoguerrilhas e os partidos de esquerda sul-americanos, daí a razão, ou a suposta necessidade, do governo repaginar a principal instituição que regulamenta as políticas de drogas do país. Dessa forma, podemos inferir que não se tratou de mera trivialidade, ou simples bravata, a justificativa da assinatura do decreto que alterou o arranjo da Conad baseada na retenção da atuação da esquerda. Trata-se de uma premissa relevante, talvez até fundamental, sobre os interesses brasileiros durante o governo Bolsonaro, e a avaliação de inimigos potenciais e as respostas possíveis.

Sobre a projeção desse código geopolítico no nível regional, a crise política da Venezuela revelou-se o cenário oportuno para que o Brasil de Bolsonaro se orientasse para o mundo através do anticomunismo. O não reconhecimento do resultado das eleições 2019 e o apoio ao presidente autoproclamado Juan Guaídó, além de representar uma ofensiva contra o principal governo socialista da região, facilitou o alinhamento da agenda

anticomunista com Donald Trump, cujo principal interesse geopolítico era contrabalancear a influência da China e da Rússia na Venezuela, o principal produtor de petróleo da América do Sul, chegando a deixar em aberto a alternativa de ação militar contra o “ditador socialista”, o que se confirmou uma bravata cujo objetivo era aumentar virtualmente a tensão sobre o país.

Ainda que Bolsonaro fosse reticente sobre uma possível ação militar, seu apoio aos interesses dos EUA foi categórico, inclusive foi reforçado através de críticas que atribuíam a situação econômica e política da Venezuela ao fracasso do socialismo, e daí a necessidade da mudança para um regime democrático, o que reforça para nós a ideia de que houve uma convergência dos códigos geopolíticos dos EUA com o do Brasil, onde o anticomunismo bolsonarista harmonizou com a tentativa de Trump de mitigar a atuação da Rússia e da China na Venezuela.

Além da crise política e econômica, a questão migratória venezuelana foi aparelhada ideologicamente com a Operação Acolhida no governo Bolsonaro, objetivando sedimentar para sua base as consequências do socialismo e imprimir na esquerda brasileira esse saldo político negativo. A militarização e a ideologização da Operação Acolhida, conforme visto em Machado (2021) e Branco-Pereira (2022), foram os mecanismos eleitos para estabelecer a oposição ao inimigo regional, e o anticomunismo o sistema através do qual as contramedidas à Venezuela, como sanções e pressões diplomáticas, foram justificadas.

Pudemos elucidar também que na escala nacional, a associação entre o militarismo e o bolsonarismo, que pautou a governabilidade da gestão Bolsonaro, teve como fator de adesão o anticomunismo, por meio do qual a defesa do legado da Ditadura Militar serviu como uma plataforma de ataque aos opositores de esquerda.

Demonstramos também que a conduta assumida pelo governo em relação à China na Pandemia da COVID-19, revelou-se uma manobra de acoplagem ao código geopolítico global dos Estados Unidos de Trump, a partir da qual o governo Bolsonaro tornou-se muito reativo à potência asiática. Seja atribuindo a responsabilidade da Pandemia ao país, seja denunciando uma suposta tentativa de espionagem através da tecnologia 5G, o caráter evidente das críticas dirigidas à China sempre foram o anticomunismo, e de modo mais secundário a sinofobia.

Entretanto, é importante observar que o modo como o código geopolítico anticomunista é operado nos leva a pensar sobre outras possibilidades de compreender o anticomunismo e a própria geopolítica no governo Bolsonaro.

Em primeiro lugar é importante realçar que as “tensões” geradas pelas declarações sinofóbicas e anticomunistas proferidos por Bolsonaro, e parte de sua equipe, não infligiram qualquer dano às relações econômicas entre Brasil e China. Em 2022 o comércio sino-brasileiro atingiu a marca histórica de US\$ 157,490 bilhões, correspondendo a uma alta de +4,9% comparado aos anos anteriores⁵². De acordo com Cariello (2021, p.10), somente em 2021 o montante do investimento chinês no Brasil foi de US\$ 5,9 bilhões, 208% superior a 2020 desde 2017.

Esse fato coloca um problema, ou questionamento, sobre o que defendemos ser o código geopolítico do governo Bolsonaro, o anticomunismo. Poderia o código geopolítico anticomunista não produzir uma resultante com implicação mensurável, ou palpável, na relação Brasil e China?

Podemos entender que tal código geopolítico seja limitado somente a um aspecto da sua conceituação, como o que já afirmamos insistentemente ao longo do trabalho, ou seja, de que o código geopolítico anticomunista só tenha sua condição de razoabilidade dentro de termos restritos, ou seja, a maneira que um país se orienta para o mundo (FLINT, 2018, p. 51)

Pensamos ser admissível que, até certo ponto, o anticomunismo seja compreendido como um aspecto de como o governo de Jair Bolsonaro orientou o Brasil para o mundo, haja vista seus discursos oficiais na 74^a⁵³ e 76^a⁵⁴ Assembleia Geral da ONU, onde criticou abertamente lideranças socialistas ou de esquerda.

Sendo assim, consideramos que o código geopolítico anticomunista só faça sentido no nível local e regional, primeiro porque o Brasil não é uma potência global e, portanto, não possui um código geopolítico global. Dessa forma, o anticomunismo faria mais sentido para a disputa política no cenário nacional. Mostrar para a base de Bolsonaro que o país se projetava nas relações exteriores como anticomunista, dentre outras coisas, era essencial, porque a oposição aos governos “socialistas” de Lula e Dilma Rousseff foi o principal mote para sua eleição.

Portanto, seria cabível manter uma forte oposição à esquerda brasileira no cenário nacional, apoiar as sanções econômicas dos EUA de Donald Trump à Venezuela, adotar um tom extremamente ideológico na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos, fazer discursos e declarações anticomunistas, desde em redes sociais até na Assembleia

⁵² Fonte: <https://comexdobrasil.com/brasil-e-china-batem-em-2023-recordes-da-serie-historica-no-comercio-bilateral/>.

⁵³ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=nuCJysnx7Po&t=193s>

⁵⁴ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=zBrswTsx9sY>

Geral da ONU, ou seja, tudo concorrendo para que o Brasil fosse representado para o mundo como anticomunista, enquanto que no plano econômico a relação com a China seguia uma agenda pautada num crescente fluxo comercial e de investimentos chineses em diversos setores da economia brasileira, ou seja, *business as usual*.

Pelo fato do Brasil não ser uma potência global, ou seja, de não ter qualquer ambição que vá de encontro com os interesses chineses, é que se torna possível a existência desse cenário confuso, onde apesar de serem ideologicamente refratários no governo Bolsonaro, sejam economicamente complementares, e talvez essa seja a chave para se compreender a plausibilidade do código geopolítico anticomunista.

Diante do exposto, entendemos que conseguimos responder à pergunta de nossa pesquisa sobre como o governo Bolsonaro operou o anticomunismo como um código geopolítico. Enxergamos que há ainda outras nuances a serem reveladas se ampliarmos a dimensão do empírico, havendo a necessidade de analisarmos outras políticas do governo para compreendermos o alcance do anticomunismo na agenda bolsonarista. Percebemos também que há outras possibilidades inerentes à nossa pesquisa, que seria investigar quais seriam os códigos geopolíticos do governo Bolsonaro e como eles dialogariam com o anticomunismo, e em que medida eles alteraram ou impactaram no território brasileiro, e assim podermos escrutinar a geopolítica bolsonarista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AREZINA, Sanja. U.S.-China Relations Under the Trump Administration: Changes na Challenges. *China Quarterly of International Strategic Studies* Vol. 5, No. 3. 2019.
- ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Chegou o Comunavírus. In: *Política Externa: soberania, democracia e liberdade - Coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores*. Brasília: FUNAG, 2021.
- BRANCO-PEREIRA, Alexandre. A instrumentalização ideológica da migração, de 1964 a 2022. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 21 Out. 2022.
- BRASIL. Presidente (2019-2023: Jair Messias Bolsonaro). Discurso de Recebimento da Faixa Presidencial. Brasília, 1 de janeiro. 2019. X f. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>. Acesso: 25/03/2024.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-44, nov. 2, 2011.
- BECKER, Bertha Koiffman. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 50, número especial, t. 2: 99-125, 1988.
- CARIELLO, Tulio. Investimentos chineses no Brasil 2021: um ano de retomada. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2021. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2022/08/31/estudo-inedito-investimentos-chineses-no-brasil-2021/>. Acesso em 19 de jul. 2024.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. - 2 ed. 2 reimpr. - São Paulo: EDUSP, 2013.
- COSTA, Wanderley Messias da. The Brazilian Geopolitics and its influence on National Strategic Thinking. *L'ESPACE POLITIQUE*, v. 31, p. 1, 2017.
- COWEN, Debora; SMITH, Neil. After Geopolitics? From Geopolitical Social to Geoeconomics. *Antipode*. Vol. 41, No. 1, 2009.
- FLINT, Colin. *Introduction to Geopolitics*. Second Edition, New York: Routledge, 2011.
- FLINT, Colin; TAYLOR, Peter J. *Political Geography: World-Economy, Nation-State and Locality*. Seventh edition, New York: Routledge, 2018.

FREITAS, Tauana de; FORNARI, Isadora Rabaiolli; HAMMES, Gabriela Elisa Henz. A Ingerência Estadunidense na Venezuela no Governo Trump. *Revista Perspectivas*. v. 14, n. 26, 2021.

GADDIS, John Lewis. *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy During the Cold War*. Rev. and expanded e., New York: Oxford University Press, 2005.

GONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. *Sul Global* 1 (1): 19 2 211, 2020.

HEPPLE, Leslie W. The Revival of Geopolitics. *Political Geography Quaterley*, Supplement to Vol. 5, No. 4, October 1986.

HORTA, Celio Augusto da Cunha. *Geografia Política e Geopolítica: Velhas e Novas Convergências*. GEOgraphia, Ano VIII, N. 15, 2006.

LIMA, Ivaldo Gonçalves de. A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, V. 3, N.2, p. 149-168, 2013.

MACHADO, Marília Gabriela; COLEVATI, Juliana. Anticomunismo e Gramscismo Cultural no Brasil. *Aurora*, Marília, v.14, p. 23-34, 2021. Edição Especial.

MACHADO, Victória Figueiredo. Análise do ‘Normatizar’ da Crise Venezuelana no Brasil e sua Relação com a Política Discursiva da Operação Acolhida. *Rev. Cadernos de Campo*. Araraquara. n. 30, p. 31-67, jan./jun. 2021.

MARTIN, Andre Roberto. *Brasil, geopolítica e poder mundial: o anti-Golbery*. 1ª ed. - São Paulo: Hucitec, 2018

MEINIG, Donald W., *Heartland and Himland in Eurasian History*. The Western Political Quaterly, Vol. 9, No. 3, Sep., 1956.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. Reinvenções do Anticomunismo na Política Externa Brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, V11, No22, Jul-Dez, 2019

Ó TUATHAIL, Gearóid. Understanding critical geopolitics: Geopolitics and Risk Society. *Journal of Strategic Studies*, 1999.

OKUNEV, Igor. The New Dimensions of Russia’s Geopolitical Code. *Turkish Policy Quarterly*, Volume 12, Número 1, 2013.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. - Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, Ana Cristina; GIULIANI, Gaia; SANTOS, Rita. Analogia Entre Pandemia e Guerra. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Jul. 2020.

PINA, Rodrigo.; LIMA, Ivaldo Gonçalves de . Hegemonia global distendida e o novo código geopolítico para a América Latina. Revista Geonorte, v. 7, p. 147-166, 2013.

PUGLIA, L. S.; CUNHA, T. C. O. . O Anticomunismo Militante de Olavo de Carvalho. In: 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019, Caxambu-MG. SPG08 Direitas no Brasil contemporâneo, 2019.

QUINAN, Rodrigo; ARAUJO, Mayara; ALBUQUERQUE, Afonso de. A culpa é da China! O discurso sino-conspiratório no governo Bolsonaro em tempos de COVID-19. Dossiê Guerras Culturais. ISSN 2175-8689 –v. 24, n. 2, 2021.

RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São. Paulo (SP): Ática, 1993.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, v. 46, p. 36709-11, 2020.

RIBEIRO, Guilherme. A metapolítica do bolsonarismo: considerações sobre o modus operandi da extrema-direita brasileira. REVISTA CONTINENTES, v. 20, p. 71-99, 2022.

RIBEIRO, Guilherme. Entre armas e púlpitos: a necropolítica do Bolsonarismo. REVISTA CONTINENTES, v. 16, p. 463-485, 2020.

ROCHA, Gustavo do Vale; RIBEIRO, Natália Vilar Pinto. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. Revista Jurídica da Presidência Brasília v. 20 n. 122 Out. 2018/Jan. 2019 p. 541-563, 2018.

SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo Brasileiro: Conceitos e Historiografia. Tempos Históricos, v. 02, nº 01, Março, 2000.

TEITELBAUM, Benjamin R. Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Tradução: Cynthia Costa. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

TEIXEIRA JÚNIOR, Geraldo Alves. O antiterrorismo após o 11/09 como legitimação do novo policiamento global. Dossiê: Ecos do 11/09 – Dez anos depois, Mediações, Londrina, v. 16, n.2, p. 140-157, Jul./Dez. 2011.

THOMAZ, Lais Forti, VIGEVANI, Tullo, FERREIRA, Elisa Cascão. A Política Subordinada de Bolsonaro a Trump (2019-2020): Estudos de casos Embraer, Alcântara, RDT&E e Vistos. Sul Global. 2 (2): 199 231, 2021.

VARRICCHIO, Giovanbattista. The Italian Geopolitical Code. Comparative Politics
Russia, Vol. 9, N° 2, 2018.